



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**FRANCISCA CLENILDA PEREIRA DANTAS**

**REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO NA COMUNIDADE BAIXA  
GRANDE, CACHOEIRA DOS ÍNDIOS - PB**

Cajazeiras

2016

**FRANCISCA CLENILDA PEREIRA DANTAS**

**REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO NA COMUNIDADE BAIXA  
GRANDE, CACHOEIRA DOS ÍNDIOS – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Licenciatura  
em Geografia, da Universidade Federal  
de Campina Grande, no Centro de  
Formação de Professores, Campus  
Cajazeiras, com a finalidade de  
obtenção do título de Graduado.

**Orientadora: Profa. Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo**

Cajazeiras

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

D192r	<p>Dantas, Francisca Clenilda Pereira.</p> <p>Reprodução social do campesinato na comunidade Baixa Grande, Cachoeira dos Índios-PB/ Francisca Clenilda Pereira Dantas. - Cajazeiras, 2016.</p> <p>98p.: il. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo. Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2016.</p> <p>1. Campesinato. 2. Camponês - comunidade Baixa Grande. 3. Camponês - costumes. 4. Modos de vida. 5. Grupo social - camponês. I. Lorenzo, Ivanalda Dantas Nóbrega Di. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU - 316.35:631

**FRANCISCA CLENILDA PEREIRA DANTAS**

**REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO NA COMUNIDADE BAIXA  
GRANDE, CACHOEIRA DOS ÍNDIOS – PB**

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Banca Examinadora**

---

Professora Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo (UNAGEO/CFP/UFCG -  
Orientadora)

---

Professor Dr. Josias de Castro Galvão (UNAGEO/CFP/UFCG – Examinador Interno)

---

Professora Dra. Mariana Moreira Neto (UACS/CFP/UFCG - Examinadora Interna)

Cajazeiras / 2016

Aos três grandes homens da minha vida, Odair, Altair e Aldair, por estar sempre presente em todos os momentos da minha história, e por me proporcionarem conhecer o sentimento mais forte que um ser humano pode sentir: O AMOR.

**Dedico**

## AGRADECIMENTOS

A Deus e ao seu Divino Espírito Santo por sempre iluminarem o meu caminho, dando-me o dom do entendimento na hora de fazer as escolhas certas, o dom da sabedoria nos momentos mais difíceis da minha vida, encorajando-me com sua fortaleza nos momentos de dificuldades, proporcionando-me esta vitória.

Aos meus pais, Alfredo Pereira da Costa (*in memoriam*) Maria de Sousa Costa, camponeses, os quais me passaram tantos valores, por serem exemplos verdadeiros de amor e dignidade, apoiando-me em todas as escolhas da vida.

Ao meu amado esposo Francisco Odair Dantas, o qual me acompanhou durante todo esse período de Graduação, com muito amor e paciência, um homem que me fez confirmar que duas pessoas podem e conseguem viver em um só corpo e, em uma só alma, (em Cristo) assim, como nós vivemos durante todo esse tempo juntos.

Aos meus dois amores José Altair (Taizin) e Aldair Emanuel (Dadá), vocês que são um pedaço de mim, que pulsa fora de meu corpo, obrigado por não deixar de me amar, mesmo estando tão distante de vocês, todo sacrifício que faço diariamente é por vocês.

A minha querida Janileide que cuidou tão bem de mim, dos meus filhos e da minha casa, em todos os momentos que tive que me ausentar para estudar, sem ela tudo teria sido mais difícil.

Aos meus 11 irmãos, especialmente Ana, Miúda e Tita, pelo carinho e amor que sempre me proporcionaram e por me acompanharam mais de perto, cuidado da minha família, especialmente de minha mãe, quando eu não estava por perto.

Ao meu sogro, Otacílio, e minha sogra, Mundinha, pelo incentivo e apoio em todos os momentos de minha vida, principalmente agora na Graduação.

Aos meus sobrinhos tão queridos, especialmente a André que tanto me incentivou e ajudou em todos os momentos, desde o início da Graduação até o final com a conclusão dessa pesquisa. Sem ele, com o seu: \_Oi, Tia! \_Vai dar tudo certo, Tia! \_Tenha calma, Tia! \_Você consegue, Tia!, não sei como teria sido.

Aos meus cunhados e cunhadas por me apoiarem, em especial a Odailton, responsável pela correção desse texto.

Ao Padre Antônio Neto, pelo apoio e, pelas orações.

Aos amigos de cachoeira dos Índios: Kecia, Zenailda, Corrinha, Euzébio Gutierrez, Vaninha, Maria José, Evandy, Valda, Rivaldo, Odília, Tico, Zefa, Chiquinho, Edilma e Neli, que me acompanharam e rezaram pelo meu sucesso.

Aos meus amigos e colegas de Curso, em especial: Lucine, Auxiliadora (Aucy), Joana, Mismana, Maglandyo, Lígia, Mikaela, Cleilton, Jalisson, Pierre, pela amizade sincera e verdadeira que compartilharam comigo e, pelos momentos de aprendizagens e de construção dos saberes, vivenciados juntos, durante todo o decorrer do Curso.

A professora Orientadora, Professora Doutora Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, uma mulher que tive o prazer de conhecer e admirar, por ter aceitado o convite de orientar-me neste trabalho, por me aceitar como parceira na construção do saber desde nosso primeiro encontro. Por ter-me proporcionado tantas descobertas, foi por meio de suas exigência e persistência que consegui construir muito conhecimento resultante neste trabalho.

Aos professores da Banca Examinadora: Profa. Dra. Mariana Moreira Neto e Prof. Dr. Josias de Castro Galvão por aceitarem estar conosco na caminhada para maiores orientações e sugestões segundos seus olhares e especificidades de formações.

A todos os Professores e Professoras da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no âmbito do Centro de Formação de Professores (CFP), os quais colaboraram durante a minha passagem pela Academia.

Ao povo da minha amada Comunidade Baixa Grande, especialmente aos sujeitos envolvidos na pesquisa, os quais me ajudaram com seus depoimentos, na construir deste trabalho, garantindo com isso, o registro de suas histórias.

Por fim, agradeço aquelas pessoas mais próximas que me apoiaram e incentivaram, ajudando-me a conciliar e aceitar minha presença e minha ausência, e os esforços de muitos, os mais próximos e os mais distantes de meus olhos e do meu coração, que mesmo sem perceber contribuíram para o resultado deste trabalho.

Obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexões sobre o processo de reprodução social do campesinato na Comunidade Baixa Grande, município de Cachoeira dos Índios, situada na mesorregião do Sertão Paraibano. Partimos do pressuposto que há dificuldades de permanência no campo e as políticas públicas nem sempre atendem as reais necessidades de seus sujeitos. Entretanto, os habitantes dessa Comunidade permanecem e resistem através de estratégias inerentes ao campesinato fortalecendo laços comunitários e seus modos de vida. Para a compreensão de nosso objeto de estudo nos utilizamos de pesquisa bibliográfica, de campo e documental, com instrumentos metodológicos como entrevistas, questionários, história oral e análise de conteúdo junto a treze sujeitos, da pesquisa, sendo doze dos quais distribuídos e organizados em quatro grupos de três participantes, cada grupo, enquanto com um dos sujeitos desenvolvemos a pesquisa com a história oral. A faixa etária dos investigados variava de 25 anos até 92 anos. Desse total, três são do gênero feminino e 10, masculinos. Um entrevistado desenvolvemos história oral, e cada grupo de três entrevistados tinha características próprias: um grupo foi desenvolvida a entrevista em virtude de serem analfabetos, com faixa etária de 82 anos aos 92 anos, pois valorizamos os idosos em função das contribuições que teriam na pesquisa realizada, sendo um masculino e dois femininos. Além da introdução e considerações construímos três subitens discutindo sobre campesinato, origem da comunidade e estratégias de resistência e permanência na Comunidade Baixa Grande. Finalmente, esperamos contribuir para futuras pesquisas sobre o campesinato no Alto Sertão Paraibano, para que assim se possa contribuir no fortalecimento desse modo de vida.

**Palavras-chaves:** Campesinato. Comunidade Baixa Grande. Resistência. Costumes.



## ABSTRACT

This paper presents reflections on the process of social reproduction of the peasantry in the Community Baixa Grande, municipality of Cachoeira dos Índios, located in the middle region of the Hinterland Paraibano. I assume that there are continuing difficulties in the field and public policies do not always meet the real needs of their subjects. However, the inhabitants of that community remain and resist through strategies inherent in the peasantry strengthening community ties and their ways of life. For understanding our object of study used in the literature, field and documental with methodological tools such as interviews, questionnaires, oral history and content analysis with thirteen subjects, research, twelve being of which distributed and organized in four groups of three participants, each group, as with one of the subjects developed research on oral history. The age of the investigated ranged from 25 years to 92 years. Of these, three are female and 10 male. One respondent develop oral history, and every three respondents had its own characteristics: one group was developed to interview because they are illiterate, aged 82 years to 92 years, because we value the elderly on the basis of contributions that would research held, one male and two female. Besides the introduction and considerations built three items discussing peasantry, community origin and resistance strategies and stay in the Community Baixa Grande. Finally, we hope to contribute to future research on the peasantry in Upper Hinterland Paraibano, so that it can contribute to the strengthening of this way of life.

**Keywords:** Peasantry. Community Baixa Grande. Resistance. Costumes.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CE-** Ceará.

**CPT-** Comissão Pastoral da Terra.

**IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IDH-** Índices de Desenvolvimento Humano.

**JAC-** Juventude Agrária Católica.

**JUNAC-** Jovens Unidos no Amor de Cristo.

**KM-** Quilômetro (s).

**MER-** Movimento de Evangelização Rural.

**UFMG-** Universidade Federal de Campina Grande.

**UNAGEO-** Unidade Acadêmica de Geografia.

**PB-** Paraíba.

**STR-** Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

**TCC-** Trabalho de Conclusão de Curso.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 01</b>	Primeira residência da comunidade de Baixa Grande
<b>Imagem 02</b>	Silos confeccionados na comunidade
<b>Imagens 03 e 04</b>	Bodega de Chico Pereira
<b>Imagens 05 e 06</b>	Bodega de Erinaldo
<b>Imagem 07</b>	Caminhada com o Pau da Bandeira dando início a festa
<b>Imagem 08</b>	Interior da Capela durante a festa do Divino
<b>Imagem 09</b>	Crianças e adolescentes de saída para anúncio da festa do Divino.
<b>Imagem 10</b>	Cruzeiro localizado na comunidade
<b>Imagem 11</b>	Procissão realizada pelas pessoas na comunidade.
<b>Imagem 12</b>	Cavalgada do Trabalhador realizada na comunidade
<b>Imagem 13</b>	Derrubada do boi na faixa durante a vaquejada na comunidade.
<b>Imagem 14</b>	Mesa pronta para servir aos convidados nas festas de casamento
<b>Imagem 15</b>	Panela de barro com mungunzá para ser servido na véspera da festa
<b>Imagens 16 e 17</b>	Adultos e crianças executando os trabalhos em mutirão.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b>	Fonte de renda dos sujeitos envolvidos na pesquisa
<b>Tabela 02</b>	Periodicidade de retorno à comunidade.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** Localização do Município de Cachoeira dos Índios – PB.
- Figura 02** Recursos hídricos do município de Cachoeira dos Índios – PB.

## **LISTA DE APÊNDICES**

- Apêndice A** Roteiro de entrevista com o primeiro grupo de sujeitos da pesquisa.
- Apêndice B** Questionário aplicado com o segundo grupo de sujeitos da pesquisa.
- Apêndice C** Questionário aplicado com o terceiro grupo de sujeitos da pesquisa.
- Apêndice D** Questionário aplicado com o quarto grupo de sujeitos da pesquisa.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. ORIGEM E REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO BRASILEIRO.....</b>	<b>27</b>
2.1 Reprodução Social do Campesinato Brasileiro. ....	27
2.2 Modo de Vida Camponês.....	36
2.3 Origem e Reprodução Social do Campesinato na Comunidade Baixa Grande, Cachoeira dos Índios - PB.....	39
<b>3. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E EXPRESSÕES CULTURAIS DO LUGAR NA COMUNIDADE BAIXA GRANDE.....</b>	<b>44</b>
3.1. Ocupação Espacial na Comunidade Baixa Grande.....	44
3.2. Aspectos Culturais do Lugar.....	45
3.3. Organizações Sociais Influentes no Desenvolvimento da Comunidade.....	64
<b>4 MIGRAÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE BAIXA GRANDE</b>	<b>75</b>
4.1. A Migração como Estratégia de Reprodução do Campesinato na Comunidade Baixa Grande.....	75
4.2. Fatores e Estratégias de Resistência na Comunidade Baixa Grande.....	81
4.3. Costumes em Comum na Comunidade Baixa Grande.....	82
<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>91</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A permanência no campo com qualidade de vida implica na necessidade de políticas e programas capazes de promoção de seus sujeitos através de seus modos de produzir, mediante uma organização própria, pautada em pressupostos como a união, persistência, reciprocidade, sociabilidades, além das afinidades com a terra.

Contudo, historicamente as populações do campo brasileiro secularmente tiveram seus direitos e realidades negados e, por vezes, desconhecidos. A partir da segunda metade do Século XX, registram-se uma multiplicidade de movimentos demandantes desses direitos e após constantes pressões por parte dos movimentos sociais, demandantes de direitos e lutas em prol dos povos do campo é que nos últimos governos brasileiros houve, na conjuntura estatal, a promoção desses povos, visibilizando e enaltecendo-os, a partir de políticas e programas específicos voltados a essas populações e suas realidades, cuja história remete a múltiplos fatores que influenciaram negativamente de forma significativa nessa realidade, iniciando pelo processo de colonização brasileira, que deixou marcas de exploração que se expressam na atualidade.

Isso porque, o processo de colonização brasileiro ocorreu com o objetivo de exploração dos nossos recursos e não de povoamento, uma vez que os colonizadores vinham ao nosso território explorar os recursos naturais, invadindo as terras e escravizando os índios, que eram seus verdadeiros donos, para satisfazer a demanda da elite burguesa portuguesa (ou européia) (ANDRADE, 1989).

Desde então, iniciou-se um processo de luta entre os verdadeiros donos da terra, que dependiam dela para o sustento e manutenção da vida, e que eram assassinados ou forçados a se adaptarem a um tipo de trabalho escravo, e os que dela queriam se apossar para explorar e adquirir recursos atendendo aos interesses da nobreza.

Passados cinco Séculos e assim como no princípio da colonização brasileira presenciamos uma profunda desigualdade social e exploração do ambiente e como parte deste, os seres humanos, especialmente os sujeitos do campo ou os que dele foram expulsos, os despossuídos da terra.



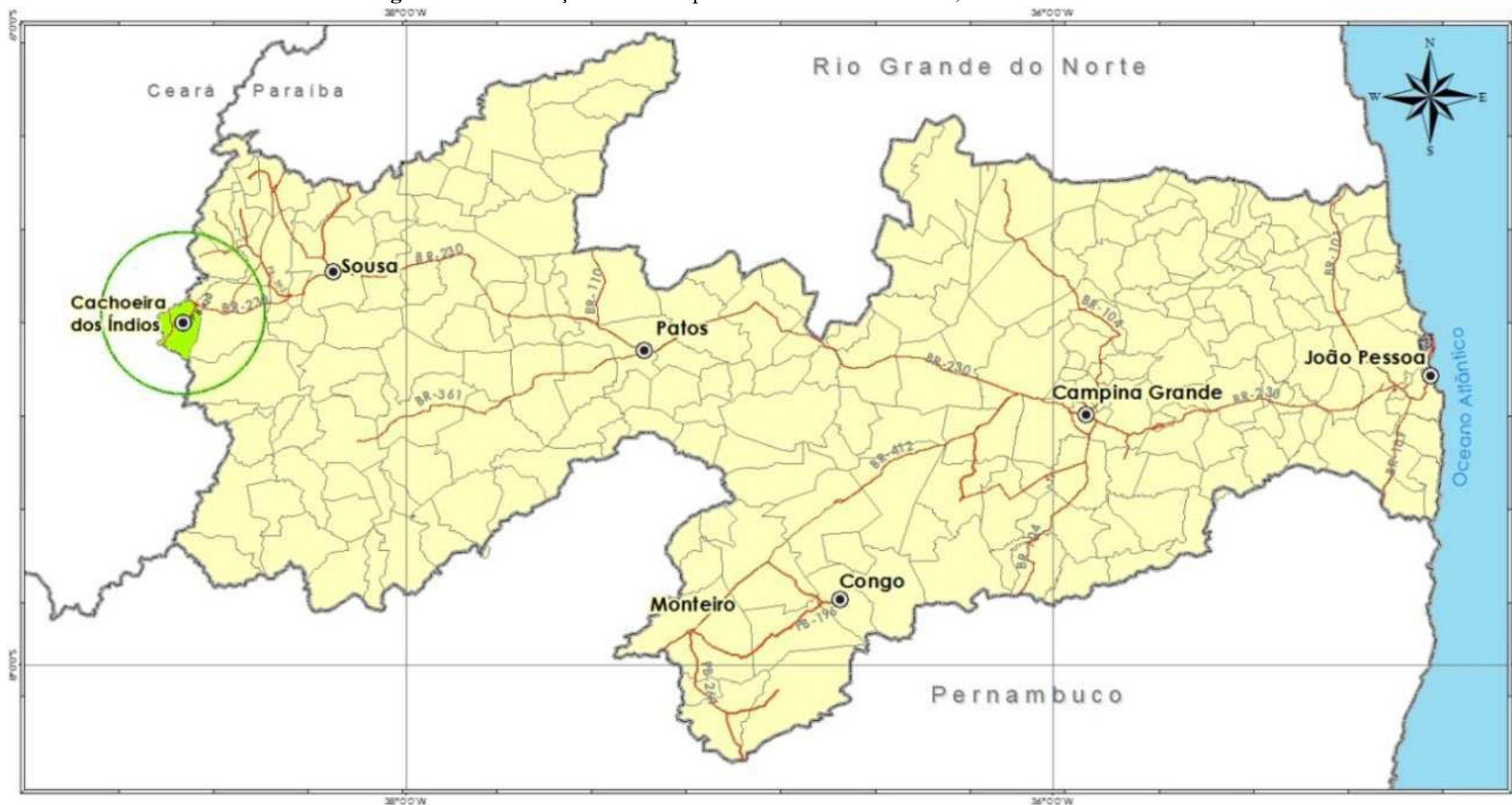
A terra de morada e de vida continua sendo uma utopia para os que almejam um pedaço de chão, onde possam se reproduzir como camponeses, produzindo o necessário e possível para viver com dignidade, sem conflitos, sem exploração da força de trabalho familiar, garantindo, portanto a autonomia que lhes é peculiar. A negação das diversidades e a desigualdade social são marcas expressas desde a colonização, a partir da qual uma elite branca dominante explora, se apropria e expropria os seres humanos e a natureza, para satisfação de seus anseios, quase sempre alheios as necessidades de vida, pois que estão relacionados à lógica da reprodução das condições sociais e econômicas de produção.

No Brasil, constatamos alguns projetos, programas, políticas públicas e leis, elaborados os quais, via de regra, existe na formalidade, mas nem sempre são concretizados pelo Estado, a exemplo da Política Pública da Reforma Agrária, a qual, segundo Oliveira (2007, p. 68) “[...] tem sido feita com objetivo de mudar a propriedade privada da terra concentrada nas mãos dos latifundiários, dividindo-a e distribuindo para os camponeses e demais trabalhadores”. Porém, até o presente momento, o que consta é terras desapropriadas pela força da luta dos movimentos sociais do campo e da cidade frente ao poder do latifúndio e do Estado, que quase sempre tem promovido a judicialização e criminalização da luta pela terra, via aparato Estatal e, pelas influências que os grandes latifundiários exercem sobre e com o Estado, mediante alianças soldadas entre o capital e o latifúndio.

No Semiárido, problemas como o êxodo rural, a seca, a concentração fundiária e a maior parcela da população com pouca ou nenhuma terra, dentre outros tem contribuído para o desenraizamento daqueles que vivem/viviam no campo. Todavia, uma marca do campesinato brasileiro se dá pela resistência ou pelo retorno a terra (MARTINS, 1995) para aqueles que persistem na esperança de dias melhores no campo e, através de novas relações estabelecidas, especialmente com movimentos sociais e com o Estado, através de Políticas Públicas, conseguem se desenvolver, mesmo com limitações na forma de produzir.

Essa característica de resistência e do retorno à terra se faz presente na Comunidade Baixa Grande, nosso objeto de estudo, localizada no município de Cachoeira dos Índios, oeste da mesorregião da Paraíba, situado na microrregião de Cajazeiras.

**Figura 01.** Localização do município de Cachoeira dos Índios, Estado da Paraíba.



**Fonte:** Elaborado pela CMT Engenharia Ltda., com base em dados cartográficos da AESA e IBGE, 2009.

O município de Cachoeira dos Índios possui uma área territorial de 193,068 Km<sup>2</sup>, distanciando por rodovias a 481,6 Km de João Pessoa (Capital do Estado) e a 17,3 Km da cidade de Cajazeiras – PB, principal pólo regional do Alto Sertão.

Situado na Latitude de 06° 55'37" S e Longitude 38° 40'27" W, o município limita-se ao Norte com o município de Bom Jesus- PB e o Estado do Ceará; ao Sul com o município de São José de Piranhas – PB, ao Leste com o município de Cajazeiras- PB e, a Oeste com o estado do Ceará (CIDADE BRASIL, 2012).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população de Cachoeira dos Índios é de 9.546 habitantes, com densidade demográfica de 49,44 hab./Km<sup>2</sup>, e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,587. A economia baseia-se na agricultura e pecuária de subsistência, além do comércio na sede do município.

Os habitantes do município de Cachoeira dos Índios dividem-se entre a sede do município e 32 comunidades rurais contando com os distritos, dentre elas está à comunidade de Baixa Grande, que por sua vez, está dividida em Baixa Grande de Cima, Baixa Grande do Meio e Baixa Grande de Baixo. A comunidade é cortada pelo riacho marimbas, distanciando aproximadamente 4 km da sede do Município e faz divisa a leste com o município de Cajazeiras, a oeste com o Sitio Pedras Pretas, ao norte com o sitio Lagoa do Mato e ao Sul com o sitio Redondo.

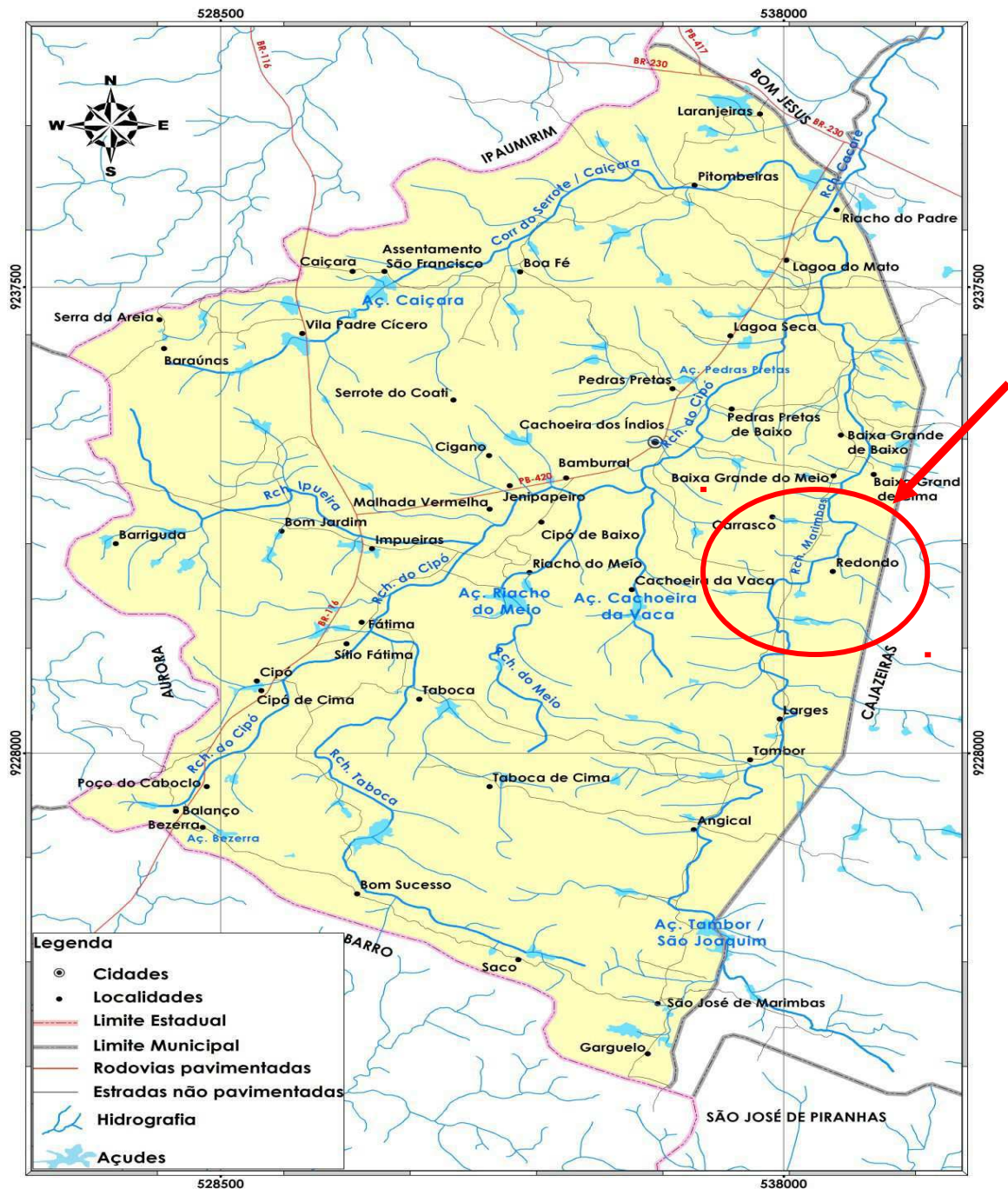
O município de Cachoeira dos Índios possui quatro distritos: Marimbas, Balanço, Fátima e Tambor, porém a comunidade de Baixa Grande se destaca por sua extensão territorial e população, que se apresenta superior a dos distritos municipais de Cachoeira dos Índios-PB.

Em termos climatológicos, o Município encontra-se inserido no denominado 'Polígono das Secas', Semiárido Nordeste, apresentando clima quente e seco, com baixos índices pluviométricos e temperaturas elevadas, durante o dia. A vegetação é caracterizada pela Caatinga (termo originário do Tupi – Guarani, que significa Mata Branca). Localizado na Depressão Sertaneja do Estado da Paraíba, com altitude média de 319 metros, apresenta topografia irregular de relevo suave e ondulado, destacando-se a Serra do Balanço, Serra da Areia, Serra do Amaro, Serra da Taboca, Serra São Joaquim e Serrote do Coati.

Os principais açudes estão localizados nas comunidades rurais de São Joaquim, Cachoeira da Vaca, Riacho do Meio, Redondo, Caiçara e Taboca. Inserido na Bacia

Hidrográfica do Rio Piranhas, o município é banhado pelo riacho São José que nasce no Sítio Garguelo, próximo ao Distrito de São José de Marimbas. O Riacho Marimbas banha as terras da Comunidade Baixa Grande, conforme depreendemos na Figura, a seguir.

**Figura 02:** Recursos Hídricos de Cachoeira dos Índios.



**Fonte:** Elaborado pela CMT Engenharia, com a base de dados cartográficos da AESA e IBGE. (2009)

Segundo os Agentes Comunitários de Saúde que realizam seus trabalhos na comunidade a mesma possui um número de 223 domicílios e 873 habitantes que vivem em residências construídas de tijolos, todas com abastecimento de água encanada vinda de poços artesianos e poços amazonas (cacimbões).

Cerca de 90% possuem banheiros e fossas, mas não há coleta de lixo, sendo este queimado ou enterrado pelas próprias famílias. Possui duas instituições escolares, entretanto desativadas por conta do pequeno número de alunos, um posto de saúde, uma associação comunitária dos trabalhadores rurais, uma igreja pertencente à religião católica, vale salientar que 98% dos habitantes da comunidade se consideram desta religião, e para o lazer e atividades esportivas dois campos de futebol, além de bares.

Considerando a localização do objeto de estudo circunscrita ao campo Paraibano, nos debruçamos sobre nosso interesse na pesquisa realizada, partindo da identificação de nosso lugar social como pesquisadora e estudante licencianda em Geografia. Além disso, destacamos que através da pesquisa participante, e por ser filha de camponeses, também integrante da Comunidade Baixa Grande, onde possuímos uma pequena faixa de terra e onde se encontra a nossa segunda residência para onde retornamos todos os finais de semana, uma vez que residimos na cidade de Cajazeiras, Paraíba, há 15 km da referida Comunidade.

Nossa inserção no Curso de Licenciatura em Geografia nos proporciona a possibilidade de leitura do espaço geográfico e o conhecimento do lugar e das relações socioculturais característicos, proporcionando uma melhor interação com o meio onde vivemos, harmonizando as tomadas de decisões para o melhor desenvolvimento da Comunidade, refletindo dessa forma na sociedade de um modo geral, através dos exemplos que podem ser seguidos pelas demais comunidades camponesas.

Na Comunidade Baixa Grande desenvolvemos ações voltadas para a educação de pastoral e organização comunitária e percebemos um movimento crescente do aumento das famílias na referida Comunidade, daí acreditarmos ser importante investigar como acontece o processo de reprodução social dessa Comunidade, tendo em vista a necessidade de compreendermos a permanência e o retorno a terra, especialmente as questões relacionadas aos motivos socioeconômico-culturais daqueles que desenvolvem suas atividades em outros locais, em geral, nas cidades circunvizinhas, Cachoeira dos Índios e Cajazeiras – Paraíba, por exemplo, portanto, expressando a interdependência entre espaços diferenciados, expressando a relação campo-cidade.

Além desses, também intentamos em compreender algumas questões que permeiam o cotidiano da comunidade como a curiosidade acerca da vasta extensão da Comunidade, embora as propriedades individuais sejam mínimas, em torno de 50 tarefas<sup>1</sup>; os porquês e como seu povo se organiza; os motivos de seu crescimento e da permanência de seus habitantes na Comunidade; e até mesmo em casos de migração sazonal, a compreensão acerca do retorno desses habitantes, dentre outros. Para responder a esses questionamentos acerca do processo de reprodução social do campesinato na comunidade de Baixa Grande, definimos algumas hipóteses teóricas, as quais buscamos validá-las com o estudo, tais como:

- A permanência e o retorno a terra como características do campesinato brasileiro;
- A existência de laços afetivos e familiares;
- A relação campo-cidade e o privilégio da sua localização;
- A importância da crença religiosa;
- Reduzido tamanho das propriedades e as dificuldades de retirada do sustento familiar da terra de morada;
- Os modos de vida da Comunidade.

Portanto, elegemos como objetivo geral investigar o processo de reprodução social do campesinato na comunidade de Baixa Grande, Cachoeira dos Índios – PB. Para a atenção deste objetivo elegemos objetivos específicos, quais sejam:

- Compreender a partir da origem do campesinato brasileiro como ocorre a origem e a reprodução social do campesinato na Comunidade Baixa Grande;
- Investigar como ocorre a ocupação do espaço e quais as expressões culturais da Comunidade Baixa Grande;
- Identificar os motivos da migração sazonal, resistência e retorno a terra como aspectos inerentes à Comunidade.

Para compreendermos a complexidade deste trabalho nos utilizamos de distintas abordagens metodológicas como a pesquisa quali-quantitativa com um olhar etnográfico, que segundo Triviños (1987, p.121), promove na pesquisa que os envolvidos possuam “uma participação ativa onde se compartilham modos culturais

---

<sup>1</sup> Uma tarefa corresponde a Antiga unidade de medida de comprimento, equivalente a 10 palmos ou seja 2,2ms (Brasil).

[...] Em outros termos, o pesquisador não fica fora da realidade que estuda, à margem dela, dos fenômenos os quais procura captar seus significados e compreender”.

Dessa forma, ainda conforme Triviños (1987), a pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa tendo em vista que nos interessamos em compreender a especificidade de um fenômeno social de um determinado grupo social, isto é, analisar o processo de reprodução social do campesinato da Comunidade Baixa Grande.

A pesquisa foi desenvolvida nos períodos de outubro de 2015 a outubro de 2016, iniciando com as pesquisas bibliográficas, documental, de campo e história oral. A pesquisa bibliográfica aconteceu com o levantamento de livros, artigos, teses, dissertações e textos em periódicos acadêmicos e portais Scielo, Capes e Domínio Público, nos quais entre os diversos assuntos abordavam sobre a formação das comunidades camponesas, a vida no campo e sua relação com a cidade.

A pesquisa documental ocorreu por meio de análises de atas de reuniões ocorridas na Associação Comunitária e a Capela da Comunidade Baixa Grande, de acervo fotográfico que ilustra a formação de grupos de jovens, a construção do prédio sede da associação comunitária, dos trabalhos desenvolvidos por meio da Associação Comunitária, a construção da Capela de origem Católica, e dos eventos socioculturais vivenciados pela Comunidade.

A pesquisa de campo foi desenvolvida com a finalidade de analisar o lugar e suas paisagens, além da organização arquitetônica das residências e o modo como as pessoas se relacionam entre si. Ainda neste trabalho tivemos o privilégio de dialogar com fontes orais que muito contribuíram com o nosso estudo, especialmente pessoas idosas que detêm um conhecimento profundo e uma contribuição para o acervo cultural comunitário pelos conhecimentos vivenciados e pelo repasse destes para as gerações atuais e futuras.

Através da história oral realizamos entrevistas (APÊNDICE A) com um membro da comunidade que detém de acervo histórico-científico da Comunidade, em decorrência de ser Filósofo e ter estudado a referida Comunidade e ter disponibilizado esse material na Diocese de Cajazeiras, além dos depoimentos de moradores antigos da comunidade.

Durante a pesquisa elaboramos 3 tipos de questionários com questões abertas e semiabertas junto aos membros da comunidade de Baixa Grande, ou seja, os sujeitos selecionados para a pesquisa. Estes podem ser observados nos APÊNDICES B, C, D,



os mesmos continham onze questões, as quais nos proporcionaram um conhecimento mais aprofundado e claro da comunidade e de seus moradores.

Embora os entrevistados tenham autorizado suas falas e tenhamos ingressado com o documento no Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) optamos por não identificar os entrevistados, deixando-os como Entrevistado 1, 2 e 3 para Questionário 1, igualmente ocorrendo para os Questionários 2 e 3, bem como nas Entrevistas realizadas com o instrumento Entrevista.

No início, pensamos em elaborar um questionário único que pudesse ser aplicado a um determinado número de moradores, porém, foi observado que a comunidade apresenta um grande número de habitantes distribuídos em atividades distintas, com faixa etária diversificada e que cada um viveu em um determinado tempo e espaço. Assim decidimos dividir os sujeitos da pesquisa em grupos, estes poderiam contribuir para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

No total, participaram 13 sujeitos, dos quais 12 organizamos em quatro grupos de três participantes, cada grupo, enquanto com um dos sujeitos desenvolvemos a pesquisa com a história oral. A faixa etária dos investigados variava de 25 anos até 92 anos. Desse total, três são do gênero feminino e 10, masculinos.

Cada grupo de três entrevistados tinha características próprias: um grupo foi desenvolvida a entrevista (APÊNDICE A), em virtude de serem analfabetos, com faixa etária de 82 anos aos 92 anos, pois valorizamos os idosos em função das contribuições que teriam na pesquisa realizada, sendo um masculino e dois femininos.

Portanto, selecionamos as pessoas mais idosas da comunidade que se apresentassem em plena lucidez, para formarmos o primeiro grupo. Este grupo, composto, exclusivamente de camponeses aposentados, com muitas histórias para contar, as quais poderiam nos fornecer informações que os demais grupos selecionados poderiam apresentar limitações, uma vez que os mesmos não tiveram a oportunidade de vivenciar tantos acontecimentos no tempo histórico considerado de maio de 2015 a agosto de 2016 na pesquisa. Com este grupo desenvolvemos a investigação por meio de roteiro de entrevista e através da história oral, uma vez que havia dois analfabetos, mas especialmente por serem idosos e detentores de experiências e informações de longos períodos da história da Comunidade.

O segundo grupo foi formado por sujeitos que nasceram na comunidade, porém, não tem a atividade agropecuária como atividade única ou principal, apresentando outras opções de geração de trabalho e renda nas adjacências da



Comunidade, ou cidades vizinhas para assim complementar a renda familiar, mas nunca deixaram o campo, saem para trabalhar e retornam a comunidade no final do dia, onde permanecem suas famílias. A faixa etária desse grupo varia de 27 anos a 32 anos, sendo 02 do sexo masculino e do 01 do sexo feminino.

O terceiro grupo de sujeitos foi formado por membros de famílias da Comunidade na qual possuem uma segunda residência, pois as dificuldades de permanência na terra e outros anseios os levaram a buscar outras possibilidades em outros locais, a exemplo das cidades do entorno, onde desenvolvem suas atividades laborais. Desse modo, este grupo com faixa etária de 36 a 43 anos, masculino, retorna com seus familiares à Comunidade aos finais de semana, feriados e períodos de férias.

O quarto grupo foi no primeiro momento formado por moradores da Comunidade que trabalham em outros Estados brasileiros durante alguns meses do ano e retornam em periodicamente à Comunidade. Todavia, esse grupo teve que ser substituído por outro, pois durante o período da pesquisa e aplicação dos questionários fevereiro de 2016 eles não estavam na comunidade. Este grupo formado por trabalhadores migrantes sazonais, que exercem atividades em outros Estados ou Regiões brasileiras e periodicamente se desloca da comunidade, público este que carece de pesquisa futura, já que sua escolhas por migrar sazonalmente se dá em função de garantia de emprego e renda, uma vez que a Comunidade Baixa Grande parece não condicionar ou limitar a reprodução social familiar, especialmente relacionando-se à questão fundiária ser fator decisivo.

O grupo que veio substituir o já citado foi formado por sujeitos de 25 a 31 anos, masculinos, os quais tiveram a mesma experiência do grupo escolhido no primeiro momento, porém optaram por desistir das migrações para geração de emprego e renda externos e passaram a exercer outras atividades na própria Comunidade.

Cada grupo é representado por três sujeitos, num total de 12 entrevistados junto aos quais desenvolvemos questionários e entrevistas com questões elaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa e o nível de informação que pretendíamos obter. Quando da aplicação dos instrumentos de pesquisa descobrimos que um dos grupos não podia responder ao questionário por que apenas um dos membros do grupo era alfabetizado, os outros dois eram analfabetos, fato esse abordado por uma das participantes durante a pesquisa. Daí optarmos também pela entrevista e história oral com o primeiro grupo, o de idosos, cuja existência do analfabetismo limitou a

utilização de questionário, pois entregávamos aos participantes para que respondessem livremente e passávamos posteriormente para pegar o instrumento.

As informações de pesquisa foram sistematizadas por meio da análise de conteúdo nas entrevistas e questionários e, da história oral.

Durante a pesquisa e o trajeto percorrido na Comunidade, de uma residência a outra, quando realizamos as entrevistas, observamos o lugar, suas residências, modos de vida, produção cultural e agropecuária, a praça e as entidades organizativas, a exemplo da igreja, associação comunitária dos trabalhadores rurais, dentre outros.

A estrutura deste trabalho compreende três capítulos, além da introdução e considerações. No primeiro capítulo iniciamos nossa discursão com a origem do campesinato brasileiro, com sua história e reprodução social. Ainda, neste capítulo discutiremos como é o modo de vida do camponês tradicional, bem como se deu a origem e reprodução social do campesinato na Comunidade Baixa Grande.

No segundo capítulo abordamos considerações sobre o processo de ocupação do espaço, as expressões culturais e quais organizações sociais influenciam no desenvolvimento da Comunidade Baixa Grande.

No terceiro capítulo discutimos como a questão fundiária influencia na reprodução social campesinato, sendo os costumes em comum, a migração temporária e a geração de emprego e renda em outras localidades, elementos importantes para garantia da resistência e permanência de seu povo naquela Comunidade. Procuramos delinear a pesquisa a partir das reflexões teóricas apresentadas, especialmente nos pautando no paradigma da questão agrária e, por conseguinte, da existência de um modo de vida camponês, o que pudemos constatar nas análises das informações obtidas junto aos sujeitos da pesquisa.

## **2. ORIGEM E REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO BRASILEIRO**

Neste capítulo apresentamos uma discussão sobre a origem e a reprodução social do campesinato brasileiro, e como parte deste, o campesinato na Comunidade Baixa Grande, e como essa Comunidade possui uma classe camponesa que resiste e permanece no campo em meio às adversidades que a caracteriza, a exemplo da estrutura fundiária, cujas terras são fracionadas e dificultam, mas não limitam a permanência desse modo de vida.

## **2.1. Reprodução Social do Campesinato Brasileiro**

A história do nosso País sempre se apresenta retratada por períodos de descobertas territoriais, de exploração e de expropriação de massas populacionais, marcadas, sobretudo pela desigualdade social e a negação de seus modos e vida e heterogeneidades, a exemplo do povo camponês cuja história demonstra a registros de resistência e lutas pela permanência ou pelo retorno a terra, após intensos conflitos e lutas.

As terras brasileiras, de dimensões continentais apresentam imensas riquezas naturais, as quais sempre despertaram inicialmente o interesse dos Colonizadores, atualmente, das forças produtivas e do modo de produção vigente, surgindo desde o princípio da Colonização, a apropriação privada da terra e dos meios de produção, controlados por pequenos grupos que expropriavam/AM e exploravam/AM grandes contingentes populacionais detentores unicamente de mão de obra.

Segundo Oliveira (2007), no modo feudal de produção o senhor feudal tinha o poder total sobre a terra, mas, sobre os camponeses este poder era cingido, uma vez que não se tratava mais apenas de escravos. Contudo, esses senhores tratavam os trabalhadores camponeses com repressões, exigindo dos mesmos tributos e prestações de serviços pessoais. Diferente de como eram tratados os escravos uma vez que estes eram negociados e vendidos como membro complementar da terra, os camponeses possuíam alguns direitos particulares como, por exemplo, uma área de terra para trabalhar, ofertada pelo seu senhor na condição de que fosse pago algum tributo, que poderia ser pago em trabalho denominado de “corvéia” ou em produto.

No início os camponeses viviam em aldeias formadas por um aglomerado residências, ao seu redor ficavam os campos cultivados. Nas casas existiam pequenos quintais particulares que serviam para a plantação de hortas e demais plantas destinadas a alimentação das famílias. Entretanto, existiam também as áreas que eram utilizadas por todos como afirma Oliveira (2007, p.14). “Desta forma, os camponeses utilizavam em comum (inclusive com o senhor) os bosques, as pastagens e os terrenos baldios, ou seja, a área não partilhada”. Essa forma de partilha permanece enraizada em muitas comunidades do campo, que mesmo após tanto tempo, praticam a cooperação e partilha.

A Lei de Terras de 1850 culminou na criação das primeiras propriedades privadas e, por conseguinte, como forma de apropriação e controle dos recursos naturais, conforme afirma Beneti (2009, p.211):

A propriedade rural brasileira passou por um processo peculiar, pois a propriedade foi um dos mecanismos utilizados para legitimar a apropriação privada das terras públicas. [...] essa apropriação deu-se basicamente a pretexto de controlar os recursos naturais.

No Brasil, a apropriação privada da terra se deu em todo o País, diferenciando-se regionalmente e, a formação do povo brasileiro pautada na miscigenação de povos e culturas diversas, certamente culminou na formação e no desenvolvimento de costumes, tradições e culturas variadas. De acordo com Beneti (2009 p. 211): “Em cada região do Brasil, foi elaborada uma estratégia específica para se apossar dos recursos naturais renováveis, o que, deduz-se, levou a formação de propriedades distintas com algumas características próprias”. Ao referir-se sobre a apropriação e diversificação da propriedade da terra, o autor (*ibidem*), afirma que “os tipos de propriedade surgiam de acordo com a origem de sua posse que, podiam assim ser definidas como: propriedade sesmaria, propriedade senhorial e propriedade moderna”, conforme depreendemos a seguir:

**Quadro 1 – Tipos de propriedades no campo brasileiro**

<b>Tipos de Propriedades</b>	<b>Descrição</b>
Propriedade Sesmarial	Era um tipo de propriedade onde, o interessado solicitava do rei a área de terra, sendo que o critério obrigatório exigido pelo rei a ser executado pelo futuro possuidor do bem era apenas o cultivo e demarcação da dada de terra.
Propriedade Senhorial	Originaria da posse primária e não por meio de doação, que na época tornou-se uma forma legal de aquisição de terras, embora tempos mais tarde passem a ser vista como posse ilegal, sendo exclusividade dos que possuam grandes influências, sendo excluídos desse grupo os pobres quilombos, caboclos, índios entre outros.
Propriedade Moderna	Demarcada e registrada nos cartórios, para que seu futuro proprietário adquira a posse da terra.

**Fonte:** Organizado pela autora: 2016.

Portanto, no período entre os Séculos XVI ao XIX as pessoas que na época tivessem indicação e grau de importância da Coroa, eram empossados das condições de explorar os recursos naturais (fato que excluía os mais desprovidos de posses e

títulos), tinham o direito a terra. Todavia, esse quadro veio tomar outro rumo como surgimento da Propriedade Moderna, no final do século XIX, que utilizava regras mais rigorosas para quem quisesse ter direito a terra.

Em sua maioria, essas propriedades doadas, tinham como propósito dos detentores a apropriação, propagação e/ou povoamento das novas terras, o que culminou mais tarde, em problemas no tocante ao tamanho das áreas doadas e nas dificuldades de domínio e exploração.

Os beneficiados não tinham noção da extensão e nem dos limites das áreas e ainda, uma mesma pessoa poderia receber mais de uma gleba<sup>2</sup> de terra, sendo possível assim, um acúmulo de propriedades na mão de poucos, ou seja, dos que possuíam condições de fazer com que a propriedade fosse explorada, favorecendo as famílias portuguesas, que exploravam atividades monocultoras, como afirma Benatti (2009, p.218): “A política de conceder imensas áreas, algumas vezes mais de uma gleba à mesma pessoa, tinha o objetivo de garantir que privilegiadas famílias portuguesas desenvolvessem a atividade açucareira”.

Dessa forma, as terras que foram adquiridas pelos privilegiados eram destinadas a exploração, portanto, o acesso e a regulamentação das terras doadas não se constituíam problemas atenuantes, mas as estratégias de exploração e a disponibilidade de mão de obra para a formação de uma grande propriedade produtiva.

Em meio a essas questões, destaca-se a organização da exploração e apropriação e os limites de apropriação e posse de grandes e de pequenas áreas de terra, surgem às terras devolutas<sup>3</sup>, também existiram por parte de alguns colonos, contribuindo de forma significativa para a formação, igualmente, das primeiras propriedades brasileiras, conforme afirma Benatti (2009, p.223):

Tem-se por certo, ainda que o sistema das sesmarias esteja relacionado com o grande proprietário e a posse, com o humilde colono [...]. De fato, a apropriação privada da terra foi tão importante como a concessão de sesmarias para a formação da propriedade rural no Brasil.

Inicialmente, as Sesmarias favoreceram o surgimento das grandes propriedades e, posteriormente, os latifúndios, característicos de uma estrutura fundiária desigual concentrada caracterizada por grandes propriedades de terra, cuja posse foi e é, ainda

---

<sup>2</sup> Pedaco de terra próprio para cultivo e criação.

<sup>3</sup> Terrenos que pertencem ao Estado (governo), sem títulos de propriedade, às vezes ocupadas por índios ou posseiros.

nos dias atuais, destinada a poucos, um fato significativo nesse processo de apropriação privada da terra no Brasil.

Assim, esse processo de ocupação que foi lento, perdurou por muito tempo até ultrapassando a promulgação das primeiras leis, a exemplo da Lei nº 601, de 18.9.1850, denominada de Lei das Terras que teve como objetivo a apropriação privada da terra mediante contrato mercantil de compra e venda, dificultando e/ou exonerando a aquisição de áreas de terras por parte dos escravos, imigrantes estrangeiros, dentre outros desprovidos dos meios de produção e detentores unicamente da força de trabalho (BENATTI, 2009).

Segundo o autor (2009, p.231), de acordo com a Lei nº 601/1850, a “propriedade da terra deveria tornar-se uma propriedade mercantil, de valores monetários, sendo na prática inacessível aos que possuíam só a força de trabalho familiar, sejam eles ex-escravos, imigrantes ou pequenos posseiros”.

Portanto, a luz da conjuntura brasileira atual, a desigualdade social tem suas raízes já nas formas de acesso a terra como meio de produção, quando seus primeiros habitantes, os índios foram violentamente expropriados, mortos, posteriormente, os escravos vindos da África, também não tiveram acesso a terra, mas registram-se no período escravocrata os primórdios do campesinato brasileiro, através do que ficou conhecido como ‘brecha camponesa’ (CARVALHO, 2005), ou seja, pequenas inserções de trabalho familiar para produção e sustento da família escrava no interior da grande propriedade.

Portanto, no período escravista havia um tipo peculiar de campesinato ao qual alguns autores denominavam ‘brecha camponesa’, que se apropriavam de oportunidades de cultivar a terra durante períodos de pousio daquela, e até mesmo, como forma de garantir o sustento dos trabalhadores da terra evitando assim, maiores ônus por parte dos grandes proprietários de terra, sobretudo, em áreas de maior capacidade produtiva.

O campesinato enquanto ‘classe para si’, ou seja, consciente de sua função e existência, tem seu reconhecimento em autores como Oliveira (2007) e Carvalho (2005), dentre outros que sustentam o paradigma da questão agrária e desse sujeito, o camponês.

Entretanto, quando ouvimos o termo camponês, por vezes surge uma imagem pejorativa de ‘atrasado’, ou ‘pobre trabalhador do campo’, que exerce suas atividades no roçado de um grande proprietário de terra, portanto subordinado aos desmandos de

alguém. Por outro lado, surge também a noção de ‘invasor’, quando associado à imagem repassada pelas mídias sobre os camponeses acampados e assentados da reforma agrária, em busca de ‘invadir e tomar as terras alheias’, pois não tem importância, valor e reconhecimento de sua condição de expropriado. Segundo Guimarães (2009, p. 46), eles aparecem como “desprovidos de todos os meios de produção e sem nenhuma função importante na estrutura produtiva”.

A propriedade da terra como bem de produção e de vida circunscreve-se ao modo de vida camponês, por conseguinte, à histórica luta do campesinato brasileiro por direito à terra de morada e de vida, contrária a perspectiva da terra de valor, com suas famílias em um lugar que pudessem construir sua morada e a partir daí, semear a terra, cuidar, criar e colher, para com isso garantir a manutenção da vida familiar e do meio. Contudo, a resistência camponesa tem registros, especialmente na história do Brasil como parte da América Latina, de lutas e conflitos pela posse e permanência na terra, problemática que envolve classes antagônicas, resultando muitas vezes, em violências e até mesmo a morte de muitos camponeses como João Pedro Teixeira, Margarida Alves, Bila, Zé de Lela, isto para ilustrar o caso Paraibano.

Conforme Guimarães (2009, p. 45):

Foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todo-poderosos senhores da terra, para que, por fim a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa.

A luta e a coragem de enfrentar através da organização em movimentos sociais, o latifúndio e a violência no campo se tornaram ponto de pauta no campesinato brasileiro, caracterizado pela insubmissão aos detentores dos meios de produção e os capitalistas, conforme afirma Di Lorenzo (2013, p. 165):

A insubmissão característica do campesinato brasileiro tem demonstrado sua organização através de movimentos sociais de luta, articulando movimentos sociais do campo e da cidade, em prol da construção de políticas de reconhecimento da igualdade de direitos na acepção do princípio material, para os que são desiguais. O reconhecimento de pertença, de enraizamento e a garantia da reprodução familiar legítima a luta camponesa organizada pelos movimentos sociais. Contudo, o modelo de desenvolvimento imposto ao campo, ao longo da história do Brasil vem sendo contestado desde as primeiras lutas de resistência camponesa que se inscreve numa trajetória secular pelo acesso a terra.

Nesse sentido, destacam-se desde o período Colonial movimentos indígenas e de africanos escravizados. Posteriormente, dentre outros movimentos se destacaram: a Revolta do Ronco da Abelha, no Nordeste, em 1851; a Revolta do Quebra-Quilos, na Paraíba, em 1874; a Guerra de Canudos, na Bahia, de 1893 a 1897; a Guerra do Contestado na área disputada pelo Paraná e Santa Catarina, no período de 1912 a 1916; Trompas e Formoso, Goiás, na década de 1950; as Ligas Camponesas<sup>4</sup>, em 1945, em Pernambuco, se estendendo pelo Brasil (DI LORENZO, 2013).

A despeito de outros, as Ligas tem seu registro inicial no Nordeste, no ano de 1945<sup>5</sup>, ressurgindo nos anos de 1955 até os anos de 1964, quando houve a deposição do governo João Goulart pelo Golpe Militar<sup>6</sup>. Sua primeira representação no Engenho Galiléia-PE se deu num movimento circunscrito às áreas de cana-de-açúcar. No caso específico da Mata Paraibana, seu registro data de 1961 e configurou-se um movimento de luta dos camponeses contra o *cambão*, ou seja, pela extinção do trabalho gratuito e pelo pagamento do foro da terra em dinheiro (SOUZA, 1996, p.13-20).

As Ligas configuraram-se um movimento com forte registro de violência no campo<sup>7</sup> passando a ter maior expressividade a partir do engajamento dos movimentos da Igreja Católica no segmento da Teologia da Libertação, onde se destacam a Comissão Pastoral da Terra (CPT), através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Até então, esses movimentos que se posicionavam na defesa pelo respeito à vida no campo, não tinham expressividade na mídia, só vindo a ocorrer, sobretudo, a partir dos anos de 1980, quando os movimentos sociais de luta pela terra passam a ter maior expressividade, pois sua organização se dá em nível nacional, destacando-se a ação de movimentos como Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros (DI LORENZO, 2013).

Sendo assim, podemos afirmar que a luta dos camponeses pelo acesso a terra vem se arrastando por muito tempo e que, mesmo com as batalhas travadas entre os

---

<sup>4</sup> Ver estudos na obra NORDESTE: O Vietnã que não houve - Ligas Camponesas e o Golpe de 64 (1996: p. 13-20).

<sup>5</sup> Cf. Batista, (2006: p.152) as ligas eram caracterizadas como associações, identificadas com as Ligas que haviam sido criadas pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), no período entre 1945-1947.

<sup>6</sup> Cf. Batista, (ib.id.: p.151).

<sup>7</sup> Cf. Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2002).



que se dizem donos das terras e os excluídos dela, ainda persiste a problemática envolvendo a distribuição de terra, principalmente os que conseguem se desenvolver e se organizar em movimentos sociais do campo, existentes por todo o País.

Por vezes, o espaço destinado ao campesinato resignou-se aos espaços de exclusão e marginais em fazendas ou engenhos de açúcar, por exemplo, em condições de subalternidade e desconhecimento de seus direitos sociais e humanos, como meeiros, posseiros, arrendatários, dentre outros.

Em meio à intensa desigualdade social e a frágil legislação em torno da função social da propriedade da terra e dos direitos humanos, garantidos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), dentre outros, especialmente os relacionados aos sujeitos do campo, uma das principais alternativas foi à condição de oferecer a mão de obra, já que este é o único atributo que ele dispõe, em troca dos meios de garantir o sustento familiar pelo trabalho, para ter direito a um abrigo e a terra para ali cultivar o necessário para subsistência familiar. Isso por que o latifúndio colonial e feudal não deixava esses camponeses terem acesso a terra e nela se fixarem, e quando tomavam essa decisão era na intenção de assegurar uma reserva de mão de obra para desenvolver as atividades ordenadas pelos patrões (GUIMARÃES, 2009).

A origem miscigenada do campesinato, a exemplo de escravos (considerando a Brecha Camponesa) e de imigrantes, por exemplo, vindos de outros países na perspectiva de encontrar nas novas terras com condições favoráveis para o desenvolvimento da atividade agrícola, foram os primeiros indícios de reprodução social deste grupo de camponeses.

Desta forma, o campesinato brasileiro surgiu de três formas: por camponeses que moravam no interior das fazendas e desenvolveram núcleos nos arredores destas propriedades nas denominadas terras livres; pelo campesinato de fronteira que tinham como objetivo povoar as áreas mais distantes; e campesinato que surge com a chegada dos imigrantes a nosso país atraídos por incentivos do estado Imperial, principalmente na Região Sul do Brasil (CUNHA, 2012)

Portanto, as lutas e a busca pelo direito ao trabalho como forma de garantir o sustento familiar sempre foram pontos de pauta no intuito de possibilitar a produção e a reprodução camponesa, na qual costumes, tradições e culturas caracterizam um modo de vida peculiar do campesinato.

A constituição do campesinato no Brasil originou-se pelo seu modo de vida de constituir a terra de morada e de vida, pelo direito a permanecer na terra na condição de agregados, posseiros ou sitiante como afirma Marques (2003 p. 1-2):

A formação do campesinato brasileiro está relacionada com uma existência dependente como agregado no interior das grandes fazendas e como posseiro ou sitiante, ocupando pequenas áreas em terras marginais, tanto do ponto de vista econômico como espacial.

De acordo com Andrade (1964, *apud* Wanderley, 2014, p. 27)

Outro sistema de acesso precário a terra consistia na instalação de famílias de trabalhadores, em uma pequena área (“sítio”), no interior das fazendas – de cana de açúcar, de café etc. – autorizada pelos próprios proprietários, onde podiam cultivar alguns produtos alimentares em volta da casa de moradia. O trabalhador, no entanto, era obrigado a trabalhar na cultura principal, recebendo ou não um pagamento monetário complementar, sob a forma de salário. Naturalmente, o uso da terra estava condicionado ao vínculo de trabalho com o patrão, não havendo nenhuma garantia quanto à sua continuidade.

Considerando a estrutura agrária brasileira de caráter concentrado, há muita terra em poder de pouca gente, e pouca terra em mãos de muita gente, inclusive, muita gente que não dispõe de terra alguma. Conforme a característica do modo de vida camponês, esse sujeito necessita da terra, e para ter o acesso a ela, por vezes se vê obrigado a se submeter a certas condições desfavoráveis, entre elas, o estabelecimento de dependência com o patrão, sendo impossibilitado de desenvolver suas próprias culturas, por vezes restritas a um quintal em volta da casa de onde retiravam o alimento, conforme ocorria no caso dos Engenhos de Açúcar, no Litoral Paraibano, na até o início da segunda metade do Século XX. Portanto, a cultura principal onde os trabalhadores dedicavam a maior parte do tempo era a do patrão que crescia sempre mais através da dedicação e da exploração dos camponeses.

Segundo Wanderley (2014, p. 26), o campesinato:

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

Esta forma social de produção apresentada pela autora, demonstra um dos mecanismos utilizados por esta categoria de trabalhadores para sua reprodução, onde a

família era responsável por toda a organização, produção e conseqüentemente reprodução, passando a constituir uma forma de produção e reprodução, ou seja, um modo de vida singular que ainda sobrevive no campo.

Em meio a tantas dificuldades encontradas pelo caminho, esses camponeses conseguiram se reproduzir, em pequenos espaços nos quais imprimem um modo que lhes é peculiar, o camponês, porém considerando-se sua heterogeneidade e associando o amor pela terra e a vida ao trabalho familiar, pautando-se em princípios como a cooperação, reciprocidade e ajuda mútua, conforme afirma Wanderley (2014, p. 31):

Assim sendo, mais importante é perceber que, apesar da heterogeneidade referida, todas estas situações concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança.

Conforme Queiroz (2009, p. 57) o camponês não visa obter lucros e nem acumular capital, sendo visto como uma categoria que não trabalha para o desenvolvimento do país, uma vez que suas atividades estavam voltadas a uma economia fechada, ou seja, “aquela em que o produtor consome o que produz, não se enquadrando no mundo moderno da produção, em que esta é orientada para a obtenção de lucros decorrentes de transações em mercado”. Essa economia, praticada pelos camponeses excluía do seu meio as pretensões de busca por lucro e poder, uma vez que para o trabalhador camponês bastava-lhe o necessário para a sobrevivência familiar.

A reprodução do campesinato se dá com ou sem acesso a terra, pela atividade agropecuária e pelo trabalho familiar, dentre outras características como os costumes, as tradições e as culturas. São essas características que conformam a população da Comunidade Baixa Grande, município de Cachoeira dos Índios – PB, onde desenvolvemos a pesquisa resultante neste trabalho, sendo uma comunidade, cuja apropriação inicial se deu mediante o apossamento de uma área de terra solta entre uma e outra glebas de terra.

## **2.2 Modo de Vida Camponês**

Muitas são as pesquisas realizadas com o objetivo de explanar o modo de vida camponês. Porém de acordo com vários autores consultados podemos afirmar que, o

modo como às famílias camponesas vivem, é assinalada por uma vida simples, da sociabilidade do homem simples (MARTINS, 1995), e de trabalho realizado pelo grupo familiar, uma característica essencial do campesinato.

Em geral, o trabalho familiar se desenvolve também entre outras famílias mediante a cooperação e coletividade fortalecendo ainda mais os laços de amizade que se ampliam entre comunidades e com características próprias, como afirma Queiroz (2009, p.58):

O gênero de vida que levam é marcado pela coletivização das atividades, sendo a principal delas a ajuda mútua no trabalho, sob a forma de mutirão, muxirão, batalhão ou outro nome qualquer: quando, para determinada tarefa, se requer quantidade de mão-de-obra, os habitantes da comunidade atendem à convocação, sabedores de que poderão contar com o auxílio dos outros, em condições idênticas.

Dentre as atividades realizadas destacam-se os mutirões os quais são atividades realizadas por grupos de pessoas com o objetivo de executar as atividades de produção e tem a finalidade de executar atividades com mão de obra socializada entre os participantes, evitando assim despesas em suas atividades agrícolas.

Na Comunidade Baixa Grande as atividades de mutirões implicam num dinâmico de organização do trabalho camponês deixando-os unidos entre si, uma vez que todos compartilham sua força de trabalho, fortalecendo vínculos afetivos, conforme afirma o Entrevistado 1 ao responder o Questionário 2:

É conhecida pela forma como é organizada através dos movimentos comunitários e eventos realizados e o que chama atenção, é a união presente entre os moradores, existe uma vivencia coletiva onde uns ajudam os outro, seja na forma de produção agrícola ou pecuária, seja no momento da doença com ajuda financeira e humanitária e ainda nos momentos festivos.

O trabalho coletivo (mutirões) realizado na vizinhança também tem a participação desses jovens, os meninos com os pais exercendo a atividade organizada para aquele momento e as meninas na cozinha junto com a mãe preparando os alimentos para as pessoas que fazem parte do mutirão. Esse tempo é transformado em festa, pois é a reunião de todo grupo em um único lugar em busca de um mesmo objetivo a solidariedade no trabalho.

O modo de vida camponês a cooperação e o trabalho familiar garantem a reprodução material e cultural da família utilizando para isso a produção em pequena

escala, sendo destinada a venda apenas o excedente que foi produzido. Conforme Camacho (2014, p.03):

A maneira particular com a qual o camponês se relaciona com a sociedade, a partir da combinação de vários elementos, lhes dá uma condição social que nos permite identificá-lo como um 'modo de vida'. O campesinato é marcado pela flexibilidade de adaptação com a finalidade de reproduzir material e culturalmente, o seu modo de vida. Este modo de vida camponês não é tipicamente capitalista, pois não tem como fundamento principal a acumulação, mas sim a ajuda mútua, característica que marca as comunidades camponesas. O princípio fundamental do campesinato é a reprodução material e cultural familiar, por meio da produção para subsistência e a venda do excedente dessa produção.

Segundo o autor (*ibidem*, p. 04) “do ponto de vista econômico, a produção camponesa pode ser pensada como uma relação social não capitalista por que significa uma forma de produção/circulação de mercadorias simples”. Essa forma de produção simples é que garante a reprodução e manutenção desse grupo social que, usa como base fundamental a terra, a família e o trabalho em conjunto realizado no campo.

Vimos anteriormente que, uma das formas de acesso a terra se dava por meio da acomodação de famílias de trabalhadores em pequenas áreas de terra ao redor das fazendas, esses espaços eram denominados de sítios, onde os camponeses também puderam reproduzir o seu modo de vida.

As questões de gênero são bem definidas no modo de vida camponês, especialmente a infância das crianças desse grupo social é curta, pois logo iniciam suas atividades ajudando os pais nos afazeres domésticos (as meninas) e tarefas executadas no roçado e na criação de animais (os meninos). Para que as regras familiares como respeito aos mais velhos e aos padrinhos e comportamento no meio social como um todo sejam obedecidas, os pais apelam para a autoridade moral, e quando não conseguem êxito usam a repreensão e castigos físicos. Quando adolescentes já apresentam comportamento de adultos, o respeito aos mais velhos e as relações de ajuda mútua com a família e os vizinhos prevalecem entre esses indivíduos.

O domínio da família camponesa está centrado na figura do pai, porém a educação é tarefa quase exclusiva da mãe. Ela é a principal responsável pela organização da família e todas as atividades que vão além das domésticas como afirma Fukui (2009, p. 295).

A mãe é realmente o centro da vida familiar; se, do ponto de vista da autoridade a família é patrifocal do ponto de vista da organização

das relações ela é, ao contrário, matrifocal. Está sempre ocupada no trabalho da roça, na indústria doméstica, no conjunto de trabalhos domésticos; além do mais ela se ocupa da educação dos filhos e do cuidado com os velhos e doentes.

Assim, podemos observar que a figura da mãe no seio da família camponesa possui um grande significado, uma vez que ela vive exclusivamente em prol do desenvolvimento de atividades que garantam o bem estar e conforto dos filhos e demais membros da família, isso faz com que os vínculos entre mãe e filho sejam fortalecidos, pois “não obstante, mãe e filho permanecem muito ligados; vão juntos a festas religiosas, a romarias, a reunião familiares (casamentos, velórios) e as visitas aos membros da parentela” (FUKUI, 2009, p. 296).

Dentre as distintas culturas adotadas pelos camponeses destaca-se em seu modo de vida a característica de permanência e o constante retorno a terra quando expulsos, inerente ao campesinato brasileiro (MARTINS, 1995). Assim, se caracteriza a população camponesa da Comunidade Baixa Grande, a qual mesmo com as dificuldades de permanência pela pouca terra que dispõe, mas renova laços e constantemente retornam a terra, seja para visitas, passeios, seja para morada, consubstanciando e fortalecendo esse modo de vida.

### **2.3 Origem e Reprodução Social do Campesinato na Comunidade Baixa Grande, Cachoeira dos Índios – PB**

A partir do depoimento do Entrevistado 1 que respondeu o instrumento Entrevista e com o qual trabalhamos com história oral, um dos habitantes mais antigos da Comunidade Baixa Grande, ao se referir ao período em que chegaram os primeiros moradores à Comunidade, estima-se que no ano de 1794, afirmou que o ‘sítio’ teve “um período inicial marcado pelas dificuldades no que diz respeito às moradias, comércio e comunicação, parecia reinar à ausência de tudo aquilo que facilitaria a sobrevivência humana”.

Mais tarde, a chegada e permanência de seus habitantes foram estimuladas dentro das possibilidades de produzir alimentos na agricultura, uma vez que dispõe de solo apropriado ao cultivo agrícola.

Assim, se iniciou nessa Comunidade as primeiras atividades relacionadas à agricultura como estímulo a permanência e pela necessidade de sobrevivência naquele

lugar recém descoberto, como também pela segurança de garantia da posse da terra, que uma vez cultivada, caracterizava-se por um espaço que possuía donos, como afirma Bernatti ao se referir à apropriação da terra no Brasil, no período Colonial (2009, p. 222): “uma das principais formas de apropriar-se da terra e dos recursos naturais deu-se por meio do apossamento primário da terra e dos recursos naturais renováveis, com base em uma agricultura móvel, predatória e rudimentar”.

Os primeiros habitantes de Baixa Grande enfrentaram muitas dificuldades para a sua reprodução social, cuja história foi marcada pelo árduo trabalho no campo, pela fome, e posteriormente no século XX, pelo medo e pela angústia trazidos pelo anúncio da visita dos cangaceiros que apavoravam a todos quando percorriam aquelas terras. Isso pode ser confirmado nos depoimentos dos entrevistados 1, 2 e 3, quando perguntamos sobre as lembranças do passado. Assim responderam os Entrevistados 2 e 3, do Grupo 01 (APÊNDICE A):

Lembro que, quando criança, tive que fugir várias vezes para o mato com medo dos cangaceiros, pois quando a gente ouvia dizer que eles estavam vindo no sítio Balanço, todos corriam para os ranchos dentro do mato. Chegando a passar dois ou três dias e só depois da passagem dos cangaceiros pelo município é que as pessoas voltavam para casa. Mesmo assim, ninguém queria sair daqui.

Os referidos entrevistados também relatam sobre as dificuldades do período inicial na Comunidade, pois a inexistência de políticas públicas para o campo somadas a qualidade de vida e a pobreza na Região produziam um somatório de problemas e privações como explicita o Entrevistado 03, do Grupo 01:

Trabalhava muito na roça, ganhava até ensacando algodão. Lembro que passei fome, pois perdi minha mãe muito cedo e o meu pai ficou trabalhando fora com meus dois irmãos, para trazer o sustento para casa. Eu tinha muita vergonha de não ter o que botar no fogo, e eu para não passar em baixo, botava uma panela de barro no fogo à lenha, só com água, que era para os vizinhos pensar que tinha feijão no fogo.

A fala do entrevistado demonstra as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos do campo, especialmente num recorte da Região Nordeste Brasileira para se desenvolver no campo. O trabalho forçado no roçado, tendo que ser conciliado com os dias de trabalho realizado para os patrões em atividades diversas, a vergonha por não ter

alimento para matar a fome, além do medo de serem saqueados pelos forasteiros, tudo isso marcou a vida desses camponeses na comunidade de Baixa Grande.

Por varias vezes, os moradores mais antigos da comunidade, como também das demais comunidades vizinhas, tiveram que deixar suas residências e fugir para a mata com medo de serem mortos pelos cangaceiros. Em uma das passagens de um grupo de cangaceiros por Baixa Grande, ocorreram dois assassinatos em uma residência. Pai e filho foram mortos, deixando a Comunidade ainda mais apavorada.

Em virtude da fuga para a mata muitos saíam sem prejuízo algum, voltavam para suas casas e retornavam as suas atividades normais se mantendo sempre alertas, principalmente os que dispunham de bens. Sobreira (1988, p. 115-116) apresenta em sua obra “*O Caracará*” o depoimento do professor Antônio de Sousa que relata uma dessas passagens, e prova que todo o povo, principalmente os coronéis da época realmente fugiam do bando de cangaceiros.

Em Catingueira, Lampião descansou um pouco passando lá o dia todo. Pelo portador Antônio Joaquim, mandou uma carta para o coronel Zuza Garcia (José Bernardino de Sousa) do Sítio Baixa Grande, pedindo quinhentos mil-réis. O coronel não foi encontrado. Nesse mesmo dia, às 5 horas da tarde, voltou pela estrada que passa nos sítios Carrasco, Redondo, Tambor e Marimbas, seguindo no rumo a Bonito de Santa Fé. Iam com ele cerca de 15 cangaceiros. Não faz, assim, um ano que isso aconteceu.

No período de povoamento da Comunidade, se destacaram a instalação de pequenos engenhos e casas de farinha, eventos demarcados que anunciava o início de avanços nas técnicas de produção, fator indispensável à consolidação do povoamento da comunidade, seguido de teares<sup>8</sup> (espécie de pequena fábrica de redes). A Entrevistada 01, Grupo 01, afirmou: “era muito bom o trabalho na Comunidade. Todo mundo junto no aviamento na época das farinhadas. Lembro do tear de Bela que fazia renda e tanga, tudo na mão”.

O tear da comunidade de Baixa Grande conhecido pelo “tear de Bela” era muito procurado por todas as pessoas da região. Bela era como se chamada a senhora Isabel Bezerra Neri que, juntamente com seu esposo Ananias de Sousa Teixeira, eram os proprietários do tear. Foi com os entrelaçados de fios que a Comunidade Baixa

---

<sup>8</sup> De acordo com Ropelato et al (2015, p.08) “tear é nome dado a qualquer equipamento utilizado para a produção de tecido têxtil, sobre o qual entrelaça-se dois conjuntos de fios - longitudinais (urdume) e transversais (trama) ”.



Grande ganhou um grande destaque no século XX, na produção de redes e cobertores confeccionados com fios de algodão utilizando o tear como equipamento.

Para os três entrevistados do Grupo 01, o motivo da constante procura pelos produtos que eram confeccionados no 'Tear de Bela' era a não existência de outros teares na região, com isso vinham pessoas de todos os lugares, inclusive de cidades e Estados vizinhos, a exemplo de Aurora, Ceará, uma vez que outro tear só ia ser encontrado no sítio Serrote Redondo, município de Ipaumirim, Ceará.

Os proprietários do tear da comunidade de Baixa Grande possuíam muita habilidade e conseguia entregar as encomendas no tempo que era prometido, isso devido à ajuda dos filhos, os quais logo cedo foram treinados para ajudar aos pais nessa atividade. Essa desenvoltura, fez com fossem convidados a dar treinamentos nas primeiras fabricas de tecelagem aberta em município de Cajazeiras - PB, pois seus trabalhos eram de grande qualidade e isso repercutia em toda região.

Surgiram também profissionais artistas responsáveis pela fabricação de móveis, utensílios e objetos necessários ao cotidiano doméstico e agropecuário. Foram inovações singulares que contribuíram no crescimento da Comunidade, conforme afirmou a Entrevistada 02, Grupo 01.

Apesar da tradição pecuária durante a ocupação dos Sertões do Nordeste brasileiro, na Comunidade Baixa Grande as casas de farinha e os pequenos engenhos foram a base econômica que perdurou por muito tempo, uma cultura presente em outros espaços do Nordeste, como afirma Oliveira (2005, p. 01):

Nas diferentes regiões da colônia, a extração desses produtos teve seu grau de menor ou maior importância. No Nordeste (principalmente nos Sertões), a pecuária predominou como principal atividade econômica e à sua volta giraram algumas dessas atividades.

Portanto, embora se fizesse presente a pecuária como atividade econômica de maior importância, as famílias da Comunidade desenvolviam outras atividades distintas em lavouras de pequeno porte, as quais podiam garantir a produção de gêneros alimentícios necessários à manutenção da vida.

O solo fértil e as terras baixas favoreciam a plantação de arroz, muitos dos proprietários forneciam as terras aos trabalhadores que pagavam a renda. Essa colheita favorecia a alimentação da população, uma vez que o arroz não aparecia com frequência na mesa de todas as famílias, pois era considerado um alimento especial

servido apenas nos fins de semana, como afirma a Entrevistada 3, inserida no Grupo 01: “Tempero naquele tempo, não tinha de jeito nenhum. Era considerado rico quem comesse pelo menos arroz nos finais de semana. Quem tinha as coisas, passava bem e quem não tinha era para sofrer”.

As terras altas eram aproveitadas para o cultivo da mandioca, que alimentava de matéria-prima as casas de farinha outra estratégia utilizada pelos camponeses da comunidade para adquirir melhor qualidade de vida para suas famílias e consequentemente sua reprodução social.

Assim, podemos afirmar que, o que temos hoje na comunidade de Baixa Grande é reflexo do que foi iniciado há muitos anos atrás, pelos mais antigos membros desta comunidade. As práticas e características desse povo puderam nos fornecer suporte suficiente tão necessário para entendermos como se deu a origem e reprodução social do campesinato na comunidade de Baixa Grande.

Estes, dentre outros aspectos caracterizam a produção na Comunidade e sua reprodução social se dá mediante a continuidade de suas famílias no campo, seja pela permanência, ou mesmo por ocasião da saída de alguns parentes para geração de emprego e renda, mas costumeiramente a terra retorna para fortalecerem os laços familiares e desenvolver atividades, conforme tratamos no capítulo 4.

### **3. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E EXPRESSÕES CULTURAIS DO LUGAR NA COMUNIDADE BAIXA GRANDE**

Neste capítulo apresentamos algumas reflexões sobre a ocupação espacial na comunidade de Baixa Grande, apresentando no início de forma sucinta o município de Cachoeira dos Índios PB, onde está localizada a comunidade. Em seguida relatamos como foi a ocupação espacial da comunidade pelos seus primeiros habitantes.

Além desses pontos ressaltados, buscamos apresentar os aspectos culturais próprios da Comunidade, exibindo os principais eventos que acontecem na mesma, fazendo um resgate desde o nascimento dos seus primeiros moradores até os dias atuais.

Ao concluirmos este capítulo, empreendemos discussões relacionadas às organizações sociais influentes no desenvolvimento da comunidade, como iniciaram os primeiros momentos, como as primeiras sementes foram plantadas e quais frutos foram colhidos pela comunidade.

#### **3.1. Ocupação Espacial na Comunidade Baixa Grande**

A ciência geográfica apresenta instrumentos essenciais que podem ser utilizados para compreendermos as transformações que ocorrem na sociedade. Assim, temos na Geografia as categorias geográficas, que são utilizadas como base de estudo, orientando a análise de um determinado acontecimento que deverá ser estudado.

Portanto, ao nos debruçarmos sobre a compreensão dos fatos que envolvem nosso objeto de estudo necessitamos perceber a forma como os seus habitantes se apropriaram/am do espaço e o constroem a fim de transformá-lo e nele poderem viver. Partimos da compreensão que o espaço geográfico é construído socialmente através de intrínsecas relações humanas que conformam a sociedade e esta, interage com o meio.

A construção do espaço geográfico da Comunidade Baixa Grande assim como afirma Rideel (2010, p. 14), constitui-se como “resultado das relações entre os seres humanos e a natureza ao longo da história”. Sendo assim, podemos afirmar que é no espaço onde acontece a execução de atividades realizadas pelo ser humano transforma a natureza em nosso cotidiano, modificando-a, reproduzindo-a e, por conseguinte, constituindo o próprio espaço geográfico.

Segundo o pesquisador Manuel Queiroga de Morais, morador da Comunidade, de forma limitada, existe indícios de que os primeiros habitantes do sítio Baixa Grande fixaram residência de forma rústica e persistente no segundo Século do domínio Português no Brasil. Essas afirmações até hoje estão à mercê de comprovação histórica, pois nem mesmo a história oral dá conta de um fato tão distante em período desprovido de registros e valores históricos que marcou o sertão paraibano.

Ainda de acordo com o pesquisador Manoel Queiroga de Morais, Baixa Grande surgiu quando seus primeiros habitantes, o Senhor Sousa Oliveira acompanhado de sua esposa a Senhora Ana Maria da Conceição, se instalaram nesse espaço, no século XVIII, vindos do estado de Pernambuco, e desembarcando as margens de um rio, atualmente o rio São José que corta toda a comunidade.

Esses camponeses fixaram sua morada neste lugar, construindo a primeira residência da comunidade, uma casa de taipa (pau-a-pique), que apesar de sua estrutura modificada, ainda existe na atualidade.

**Imagem 01:** Primeira residência da comunidade de Baixa Grande



**Fonte:** Francisca Batista, final da década de 1960.

Conforme o pesquisador Manoel, no ano de 1794, esses camponeses que ali se encontravam/residiam analisaram o solo e concluíram que se tratava de um lugar de terras baixas e extensas, fator esse que influenciou na escolha do nome da comunidade

de Baixa Grande. Baixa devido à existência de terras baixas, e grande por conta de sua extensão territorial.

Assim, podemos perceber que os primeiros habitantes dessa comunidade usaram o processo de apossamento, ou seja, a formação de uma Propriedade Senhorial segundo as definições de Benatti (2009) já descritas primeiro capítulo deste trabalho, uma vez que não existem relatos de doação e nem registros em cartórios da área ocupada em seu período de povoamento, que mais tarde se desenvolveu, resultado na atual comunidade de Baixa Grande.

Por volta de 1796 outra família que adentrou nas terras da Comunidade seguindo o trajeto de da Senhora Ana Maria da Conceição, foi o Senhor Manoel Rodrigues da Silva com sua esposa. No declínio da parte mais alta do recém-criado sítio Baixa Grande construiu uma pequena casa que devido à floresta nativa recebeu o nome de casa do mandacaru (onde atualmente localiza-se o ponto turístico no Alto da Santa Cruz).

Das duas famílias anteriormente citadas vieram seus descendentes, filhos de Sousa Oliveira com Ana Maria: Raimunda Maria da Conceição nasceu no ano de 1812, esta se casou no ano de 1830 com um jovem da cidade de Icó – Ceará, Manoel de Sousa Viera. Rita Maria da Conceição, na década de 1830 também se casou com o jovem José Moreira Barbosa, natural da região de Sousa - PB; e por último, Damiana Maria do Espírito Santo, casou-se no ano de 1840, com o jovem da Comunidade Joaquim Rodrigues da Silva, filho de Manuel Rodrigues da Silva, sendo este o primeiro casamento registrado de jovens nascidos na Comunidade Baixa Grande.

### **3.2. Aspectos Culturais do Lugar**

O reconhecimento da Comunidade para os entrevistados remete a noção de lugar, como categoria geográfica, ou seja, que apresenta relação de pertença, afinidade e identidade, além de por vezes, constituir-se como o local onde vivemos nosso dia a dia, onde construímos relações familiares e de amizades, construindo assim histórias com costumes, culturas, regras, normas, dentre outras, seja de forma individual ou coletivamente.

Quando iniciamos a nossa pesquisa, foi nos despertado o interesse de investigar algumas questões voltadas para o lugar da pesquisadora, ou seja, a Comunidade Baixa Grande. O termo lugar é utilizado pela sociedade com uma variedade de significados, ou seja, o não olhar geográfico em volta desse termo faz com que ele tenha outros sentidos, como afirmam Silva, Silva e Florêncio (2010, p.1):

Na sua totalidade a palavra lugar vem sendo empregada das mais variadas formas, dentre elas podemos observar as seguintes definições: local (fictício ou não), cargo, (em caso de emprego), espaço (localidade), entre outras.

Essa pluralidade de sentidos faz com que a definição geográfica de lugar acabe sendo confundida com outras expressões. O nosso objetivo nesse momento é trazer esse conceito voltado para a geografia, isto é, usaremos um olhar geográfico, onde dentro de limites gerais abordaremos de forma breve esse conceito.

Na geografia tradicional o lugar era associado à idéia de região e de localização geográfica. Foi com o surgimento da geografia crítica que esse conceito criou novas forças e novos significados como aborda Moreira e Hespanhol (2007, p. 48): “Na Geografia Crítica, o lugar deixa de ser visto apenas como o espaço vivido, de tendência fenomenológica, e tende a ser considerado uma construção social”. Sendo assim, o lugar passa a ser algo mais concreto onde se faz presente as relações sociais, econômicas, culturais e afetivas, sujeitas a mudanças causadas pela sociedade.

Assim, o lugar é analisado e conceituado a partir das experiências vividas em determinados ambientes, onde os indivíduos podem construir identidades, criando laços comuns construídos a partir de relações e transformações sociais. E é justamente nesse lugar, construído a partir dessas experiências vividas, com indivíduos que possuem identidades próprias e laços comuns, que se localiza a comunidade de Baixa Grande onde fizemos nossa pesquisa.

Nesta comunidade as características de lugar sempre estão presentes, e é a partir delas que se iniciam os primeiros passos de comunidade, ou seja, a comum unidade ou a comunidade que para no Dicionário Aurélio (2008) significa: Qualidade daquilo que é comum; Agremiação; Comuna; Sociedade; Identidade; Paridade; Conformidade; Lugar onde vivem indivíduos agremiados. Então é nesse lugar que vive os sujeitos de nossa pesquisa, uma comunidade que vive cheia de histórias de

vida, que apresenta uma cultura rica em detalhes, de um povo que apesar das dificuldades sabem viver em Comunidade.

Neste lugar, localizado no campo do município de Cachoeira dos Índios, seus habitantes apesar dessa vivência comum, prestam funções e atividades econômicas distintas, vivem do que é produzido dentro da própria comunidade através da agricultura, mas também exercem cargos distintos nas cidades vizinhas de Cajazeiras e Cachoeira dos Índios - PB.

O interesse pelas letras e a procura pelo saber, fez com que surgisse os primeiros professores da região de Cachoeira dos Índios na Comunidade, João Roque se destaca nesta etapa, conta-se que na região se desdobravam nesta bela missão de construção do saber João Roque que era da comunidade, Mestre Hernetino que não souberam relatar sua origem e Mestre Henrique de França Belém da comunidade vizinha de Lagoa do Mato. Apenas João Roque chegou a ser aluno do colégio Diocesano de Cajazeiras - PB. Assim, sabia aplicar algumas lições de ciências, história e geografia e não apenas português e matemática como os demais.

A confecção de roupas pelas costureiras, e as peças de crochê feitas pelas mãos das baixa-grandenses são artigos procurados por toda população local e circunvizinha. Estas mulheres que dividem seu tempo entre as atividades no campo e outras desenvolvidas para complementação da renda, se destacam pela qualidade dos produtos que são confeccionados. Além disso, essas práticas principalmente as de crochê são passadas de geração em geração, geralmente, de mãe para filha, isso favorece a perpetuação a produção artesanal local.

A confecção de outros utensílios que eram utilizados no cotidiano das famílias. Antônio Olinto de Sousa produzia móveis como: mesas e cadeiras com acentos de couro, guarda-louças, além de silos que servia para o armazenamento de grãos, bacias e latas metálicas. Muitos desses utensílios ainda permanecem sendo confeccionado pelo seu filho residente na comunidade de Baixa Grande até os dias de hoje. Isso testemunha o repasse de saberes de geração em geração. A imagem abaixo mostra os tipos de silos confeccionados na comunidade:

**Imagem 02:** Silos confeccionados na comunidade



**Fonte:** Odair Dantas 2000

De acordo com Paturca (2014, p.08): “Os primeiros grandes silos foram construídos em 1860 para o armazenamento de grãos. Desde então, milhares de grandes e pequenos silos têm sido construídos para o armazenamento de uma extensa variedade de pós, grãos, torrões, fibras etc.”. Porém, vale salientar que os silos podem ser construídos de concreto ou de material metálico, possuem a mesma finalidade.

Destaca-se na comunidade ainda nos dias atuais a confecção de outros objetos que são utilizados pelas famílias camponesas em seu cotidiano, isso tanto no lugar como em outras localidades, são os utensílios de barro produzidos pelo camponês José Gonçalves de Moraes (Zé de Joaquina). Os objetos são variados incluindo principalmente panelas e potes. O trabalho é realizado artesanalmente, desde a coleta da argila no campo até a queima das peças, em forno produzido pelo próprio trabalhador. Camponês muito dedicado ao roçado só se dedica a esta prática nos períodos posteriores a colheita da plantação.

Com relação aos pontos comerciais nunca houve e ainda hoje não há na comunidade grandes casas comerciais, apenas pequenos pontos chamados pela população local de ‘bodegas’, aonde são realizadas pequenas compras de gêneros alimentícios para as famílias. Segundo Diniz (2004, p.11):

A bodega, comércio típico da Região Nordeste do Brasil, constituía um objeto do pequeno comércio muito antigo na história de várias cidades, povoados, comunidades rurais, sítios da região nordestina, este remonta desde a origem de muitos povoados, que iam surgindo e se formando ao longo das estradas no vasto interior conquistado



pelo homem. As bodegas surgiram então neste meio, onde predominavam práticas comerciais primitivas (troca, escambos) comuns no início da ocupação dos sertões brasileiros.

As bodegas da comunidade de Baixa Grande são bem antigas, algumas se destacam até hoje na comunidade por fazer parte do cotidiano das famílias do local. Estas são localizadas como citou o autor ao longo a margem das estradas.

Uma das mais antigas bodegas da comunidade foi a de Dico, um dos maiores proprietários de terra, áreas essas que se cultivava o algodão. Seu comércio fornecia mercadorias durante todo o ano as famílias do local. Essas contas eram quitadas apenas uma vez ao ano, pelos camponeses, com o lucro da safra do algodão. No outro extremo exista a bodega de Lolô, localizada na Baixa Grande de Baixo, fornecia os mesmos gêneros alimentícios a comunidade local.

A bodega de Zé Pinheiro tão lembrada por todos da comunidade, local de encontro das famílias nos fins de semana, deixou de existir nos anos 2000 com a morte seu proprietário. Destacava-se pela variedade de produtos ofertados aos clientes, desde gêneros alimentícios e utensílios domésticos, até medicamentos e o abatimento de animais para a venda de carnes.

A bodega de Dão fornecia todos esses gêneros alimentícios, era mais visitada nos finais de semana, pelos jovens esportistas tanto da comunidade locais como das demais vizinhas, por conta da motivação do seu proprietário que era amador de atividades esportivas principalmente o futebol.

Além disso, temos ainda hoje as bodegas de Chico Pereira muito antiga e que continua com seu funcionamento normal na comunidade suprimindo as necessidades de compras básicas das famílias de Baixa Grande de Cima juntamente com a de Erinaldo de Zé de Faustina que se apresenta de forma mais contemporânea. A bodega de Vicente Rodriguês na Baixa Grande do meio e a de Socorro de Raimundo Teixeira na Baixa Grande de Baixo. Abaixo segue as imagens destas bodegas:

### Imagens 03e 04: Bodega de Chico Pereira



### Imagens 05 e 06: Bodega de Erinaldo



**Fonte:** autoria do Pesquisador: 2016.

Segundo relatos do pesquisador Manoel, que foi informado pelas Senhora Filhas e naturais de Baixa Grande entre elas Vicência Maria de Sousa e Francisca Batista dos Santos (já falecidas), que desde a origem da comunidade, pela não existência e/ou por não ter acesso a profissionais capacitados na área de saúde, de forma espontânea surgem às parteiras. Estas eram mulheres casadas que possuíam habilidades especiais para cuidar de crianças logo após o nascimento, ou seja, recém-nascidas. Assim que a mulher grávida começava a sentir as primeiras contrações, o costume era o marido imediatamente providenciar uma parteira que dentro dos conhecimentos em consonância com a realidade da época era a profissional capacitada para realizar as tomadas de decisões antes, durante e após o parto, prestando assistência à mãe e ao filho recém-nascido.

Durante as primeiras horas que antecedia e também durante o parto, as mulheres necessitavam de pessoas que lhes oferecesse segurança, este grupo em numero pequeno, era formado por mulheres das próprias comunidades e/ou de sítios

vizinhos. Prestavam esse serviço utilizando procedimentos que foram passados de geração em geração em virtude da não existência de um profissional capacitado. Este acontecimento era visto como corriqueiro tudo acontecia de forma natural, porém com o passar do tempo, graças aos avanços em especial o da medicina esse procedimento se tornou mais seguro como relata Acker (2006, p.647):

Os rituais que cercam o nascimento modificaram-se ao longo do tempo, em virtude de influências significativas do avanço da ciência. O nascimento já foi parte do cotidiano das famílias. Acompanhado por mulheres parteiras no domicílio e marcado por grande envolvimento afetivo, permitia que a natureza agisse sem interferências.

Segundo os Entrevistados 01, 02 e 03, do grupo 01, de idosos, ainda residentes na Comunidade, um fato que chamava atenção da época é no que diz respeito à precariedade que marcou aquele tempo.

Nas comunidades era difícil encontrar uma cama, e quem possuía emprestava para todos da localidade que precisasse, dava-se como uma causa necessária e importante a vinda de um novo ser humano ao mundo, por isso a cama estava sempre em movimento de casa em casa oferecendo as condições necessárias para a realização do parto.

Segundo as entrevistadas (01, 02 e 03, Grupo 01) móveis que prevaleciam na época eram rústicos, as camas, por exemplo, eram fabricadas de madeira com lastro de couro de gado, destacavam-se por apresentar uma superfície dura. Além das camas, muitos outros objetos eram fabricados de couro de gado, como afirma Abreu (1930, p. 71 *apud* Menezes e Almeida [s.d.]. p.2):

De couro era a porta das cabanas; rude leito aplicado ao chão, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar a roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagens, as bainhas de facas, as brocas e os surrões, a roupa de montar no mato, os bangüês para curtumes ou para apanhar sal.

No primeiro contato da parteira com a mãe dava-se início a um ato extremamente humanizado, para receber mais um vivente, em um ambiente cheio de dificuldades, mais permeados de muita fé e esperança da parteira e da mãe, tudo parecia estar em conformidade com os desígnios de Deus, o nascimento do bebê estava resignado à vontade divina, a parteira parecia ser apenas um instrumento nas mãos do

criador, mas eram com esses entendimentos providos de conforto e confiança que assegurava a realização do parto de forma satisfatória.

A humanização e a confiança eram essenciais para o sucesso dos procedimentos, componentes que fazem falta em alguns partos nos dias atuais, onde a segurança em busca de um parto seguro fica a frente do afeto. Como aborda Acker (2006, p. 648): “Atualmente o nascimento está cercado de procedimentos técnicos desenvolvidos para aumentar a segurança do parto, porém está afastado da família, do componente humano e afetivo”. Isso contribui para que esse momento não seja visto como uma coisa natural, como foi com nossos antepassados e como era na Comunidade.

Segundo a Entrevistada 01, Grupo 01, a parteira de “forma precisa e contemplativa logo providenciava chá de arruda, que no conhecimento popular ajudava a expulsar o feto, maior ainda que o efeito fitoterápico,” era a eficácia no âmbito psicológico, a puérpera se sentia preparada, com muita disposição para expulsar o feto.

Acker (2006, p.648): afirma que “Além de ajudar no parto, elas prestavam cuidados antes e após o nascimento, cumprindo rituais importantes de acordo com a cultura local”. Isso ocorria da seguinte forma segundo as moradoras: No terceiro momento nascia o bebe cheio de secreções, a parteira com suas habilidades envolviam suas mãos em panos, realizava a higiene do feto e conseqüentemente conseguia retirar as secreções orofaríngeas que provocava desconforto respiratório no recém-nascido. Depois desse momento tão gratificante, de posse de uma tesoura estéril com água fervente em um forno aquecido a base de jurema, matéria prima fornecida pelo nosso sertão, ela cortava o coto umbilical, em seguida continha o fluxo sanguíneo com um de algodão em ambos os lados. Estas aprendiam a fazer os procedimentos com a pratica e ao acompanhar as mais experientes

A Entrevistada 03 (Grupo 01) afirmou que após o momento, parteira e mãe elevavam seus pensamentos a Deus e a Nossa Senhora do Bom Parto, para que a placenta deslocasse por completo o mais rápido possível, e sem nenhum problema quando acontecia o deslocamento dava-se como efetivado a realização do parto, diante do sucesso alcançado todos os membros da família que tinham conhecimento do evento agradeciam a Deus e o pai de recém-nascido soltava fogos de artifício

anunciando para toda a comunidade a chegada de um de seus filhos. Com a finalidade terapêutica de relaxamento muscular e ainda calmante e parturiente bebia uma porção a base de cana de açúcar que continha um alto teor de álcool, denominada de cachaça.

Conseguimos identificar o nome das primeiras parteiras da Comunidade a prestar os serviços de obstetrícia na Comunidade, especialmente referindo-se ao período inicial de seu povoamento. Maria Adelayde da Conceição foi a primeira do conhecimento de todas, iniciou suas atividades no ano de 1860, seguida por Maria Dina de Jesus, Minervina, Joana Pereira de Sousa, Maria Rodrigues da Silva e Maria do Socorro de Sousa, esta última teve a oportunidade de estudar e fazer cursos na área de enfermagem, possuindo formação como auxiliar de enfermagem, trabalhou por vários anos nos postos de saúde inclusive no primeiro a ser implantado na comunidade, como também no sede do município. Dona Socorro, de Chico Olinto reside na comunidade até os dias de hoje, prestando ainda serviços voluntários.

Segundo o pesquisador Manuel Queiroga de Moraes, dois fatos inesquecíveis marcam a história da comunidade Baixa Grande e são sempre lembrados como páginas negras na sua existência: primeiro a epidemia de cólera em 1.854, na época essa localidade em calamidade pública não reconhecida, foi marcada por muitos óbitos, pois os locais mais distantes eram desprovidos das ações governamentais.

Essa epidemia se destacou por uma doença que contaminou os continentes de forma rápida, pois nesta época o deslocamento dos povos por meio de viagens entre os diversos continentes com uma grande frequência, favorecia a proliferação da doença por toda parte, como afirma Santos (1994, p.83):

A historiografia refere-se à peregrinação global para descrever o vasto movimento do flagelo durante o século XIX, infestando e infectando populações em vários continentes. Um novo padrão de circulação de doenças se inaugurava por força dos deslocamentos dos povos no Velho Mundo e entre o Velho e o Novo Mundos, tudo isso, por sua vez, provocado pelo crescimento industrial e pelos processos de colonização e imperialismo.

Segundo Santos (1994, p.84) a partir de 1850, a navegação a vapor e o transporte ferroviário “intensificaram os deslocamentos populacionais e as trocas comerciais. Das antigas rotas brotavam outros cursos da doença. O Brasil não tardaria a incluir-se nos novos itinerários”. Com isso, o Brasil também teve seu momento de epidemia, o surgimento de aglomerados de pessoas sem que houvesse informações

sobre medidas básicas de saneamento básico e a falta de assistência a saúde, fizeram com que essa doença se alastrasse em muitas regiões brasileiras chegando a Comunidade Baixa Grande causando a morte de muitos de seus moradores.

O segundo fato lamentável, doloroso e marcante foi a catástrofe natural da grande seca que durou quatro anos (1875 à 1879). Evento destrutivo da natureza que para todos parecia uma eternidade, o sofrimento tinha uma dimensão infinita, a fome era um membro inimigo de todos os lares, a morte a exterminadora de todos aqueles que não conseguiram resistir o suplício da ausência de comida no estomago, a comunidade enquanto existência humana quase desaparecia no tempo e no espaço. O problema só foi exonerado daquele lugar no ano seguinte (1880) quando se registrou um inverno esplendoroso com muitas chuvas, que de forma harmoniosa durou um período de seis meses de janeiro a junho.

A seca sempre foi um fato marcante na história da população nordestina brasileira. A escassez de chuvas que, conseqüentemente trazia consigo muitas dificuldades entre elas a mais agravante, a falta de alimento para as famílias e também para os animais sempre teve grandes destaques nas literaturas do nosso país, fazendo parte ainda da historia do povo da Comunidade Baixa Grande.

De acordo com Brito (2013, p.111). “Entre 1876 e 1877, as precipitações pluviométricas registraram apenas um terço das registradas entre 1845 e 1846”. Esse fenômeno deu início a uma das maiores secas já vistas em nossa região, especialmente na Comunidade investigada. Os moradores deste lugar quase desistiram de nela permanecer. Sobre esse período, Pompeu Filho (1893: 33 *apud*. Brito, 2013, p. 111 a 112) relata com detalhes:

Em março o sertão já acusava falta de chuvas, em abril, perdidas as esperanças de inverno, começou o êxodo dos habitantes do interior para o litoral. Os gados morriam à falta d'águas, as lavouras extinguiram-se e a ligeira provisão de víveres, conservadas como reserva por muitos, pouco a pouco se esgotou. De setembro em diante a fome era geral, os socorros públicos, mal administrados, não chegavam regularmente aos lugares mais afectados (sic); quem possuía algum bem ou valor desfazia-se dele a troco de farinha ou de outro gênero de primeira necessidade. As poucas e afetadas aguadas, como açudes e poços deixados no leito dos rios depois das cheias, evaporaram-se, rara ficando em outro ponto da província. Mesmo as pessoas que eram reputadas abastadas, receosas de ficarem bloqueadas e sem comunicação com o litoral, longe de qualquer

auxílio, fugiram, desampararam suas casas e fazendas. O sertão tornou-se quase deserto.

Vale ressaltar que o êxodo rural aconteceu com maior frequência em décadas anteriores e em menor proporção nos dias atuais em todo o país, esse processo surgiu com a saída da população do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida, uma vez que o campo não oferecia.

Um dos fatores que levaram a esses deslocamentos para as cidades, foram o surgimento de novas técnicas de produção no campo e ainda os atrativos oferecidos pelo processo de industrialização que necessitava de mão de obra para seu desenvolvimento, como afirma FROEHLICH (2011, p. 2).

Toda a família deixava a vida rural, ou melhor, era 'expulsa' pelas condições adversas no contexto da modernização conservadora da agricultura conjunta com o acelerado processo de industrialização do país, demandante de mão - de - obra barata.

Portanto, podemos observar que o êxodo rural ocorreu em nosso país por motivos semelhantes em todas as regiões, podendo acrescentar também no Nordeste os problemas relacionados aos períodos de estiagem prolongados, fator esse que ocasiona a escassez de água e de alimentos para as famílias como também para os animais.

Desta forma, todas essas dificuldades marcaram a origem desse lugar que, atualmente apresenta-se de forma organizada, uma vez que seus moradores por meio da união, trabalho e partilha, conseguem se destacar das demais comunidades do campo no município de Cachoeira dos Índios. Outro fator é que seus habitantes, não vivem exclusivamente do que é retirado da terra, muitos deles trabalham nas cidades vizinhas, Cachoeira dos Índios e Cajazeiras, por exemplo, mas não deixam de retornar no fim do dia ou final de semana para suas residências. Nesse sentido, muitas famílias se deslocam para outras regiões do país, para conseguir melhores recursos financeiros, porém, depois de certo tempo, retornam a residir na terra natal.

As principais manifestações culturais e religiosas visíveis na comunidade de Baixa Grande são: festividades juninas (farró e quadrilhas), cantigas de viola, festa do Divino Espírito Santo, Romaria ao Cruzeiro, festas familiares em honra ao sagrado coração de Jesus e de Maria, Procissões, novenário do mês de maio, Cavalgada do Trabalhador, vaquejadas e festas de casamento.

Esta comunidade se destacou nos anos 80 pelos grandes bailes de farrós, realizado na Quadra de Manuel calango evento cultural muito conhecido em toda região principalmente no mês das festas juninas.

Além da animação este acontecimento cultural favorecia a oferta de renda para os moradores, pois a comunidade se mobilizava com pequenas bancas de comida, bebidas e festejos juninos, na época o forró de “Manuel calango” era uma alegria só, beneficiava quase toda a comunidade, pois todos os moradores se empenhavam para obter um pouco de lucro, desde a costureira que confeccionava as roupas para a noite do baile, até o proprietário de barracas de comidas e bebidas e bancas de jogos.

Vale lembrar que na manhã seguinte após a festa, às crianças mais próximas se reuniam para procurar pequenas quantidades de dinheiro que os participantes do evento poderiam ter deixado cair do bolso sem perceber. No final dos anos 90 os bailes de Manuel Calango deixam de ser realizados na comunidade, por conta da forte concorrência do Xamegão (evento junino realizado pela Prefeitura de Cajazeiras PB.), ainda existe o local (quadra) e seu proprietário continua residindo na mesma localidade. Após esse período outros três proprietários de quadra dançante continuaram a realizar pequenos bailes de forró e festivais de cantorias de viola na comunidade.

A principal festa religiosa da comunidade é a Festa do Padroeiro o Divino Espírito Santo, que acontece todos os anos entre o mês de maio e junho por ocasião do dia de pentecostes, onde se celebra a descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos e Maria.

A festa tem início com a retirada do ‘pau da bandeira’, isso é realizado por um ou mais membro da comunidade, o qual procura na circunvizinhança, na Caatinga arbórea uma árvore, a mais alta e retilínea possível. Esse pau, uma vez encontrado é batizado pelos devotos como ‘pau da bandeira’ que segue em caminhada para a capela onde é hasteada a bandeira do Divino Espírito Santo anunciando o início da festa com o novenário que apresenta temas específicos para cada noite, com depoimentos, testemunhos e recordações da comunidade.



**Imagem 07:** Caminhada com o Pau da Bandeira dando início a festa



**Fonte:** Odair Dantas 2015

Ao término da novena realizada todas as noites, os devotos participam do momento social onde a barraca com comidas e bebidas típicas é o ponto de encontro. Vale ressaltar que as comidas e bebidas são doadas e ao mesmo tempo compradas pelos próprios membros da comunidade, servido como fonte de arrecadação de recursos para manutenção da capela.

**Imagem 08:** Interior da Capela durante a festa do Divino



**Fonte:** Odair Dantas 2016

O encerramento da festa acontece no dia de Pentecoste, tendo início às 6 horas da manhã com a queima de fogos, seguida pela oração do ofício divino das comunida-

des, café comunitário, anúncio da festa do divino pelas crianças e adolescentes que percorrem toda área territorial da comunidade com batucadas. O ponto culminante da festa acontece com a celebração solene da missa onde é repassada a bandeira do divino e a bandeira da paz para os guardiões do ano.

**Imagem 09:** Crianças e adolescentes de saída para anúncio da festa do Divino.



**Fonte:** Odair Dantas, 2006.

No ponto mais alto da comunidade foi instalado o cruzeiro (cruz de madeira), que é festejado por ocasião da festa de exaltação da Santa Cruz, que acontece no mês de setembro. O local é um ponto estratégico, onde é possível visualizar varias cidades e comunidades circunvizinhas. É visitado duas vezes ao ano por ocasião da sexta feira santa na celebração da via sacra e na romaria paroquial da juventude. Este local é visto pela comunidade como propicio à oração e contemplação da paisagem.



**Imagem 10: Cruzeiro localizado na comunidade**



**Fonte:** Odair Dantas, 2016.

No decorrer do ano a devoção aos santos com procissões, novenas e festas familiares em honra ao sagrado coração de Jesus e de Maria, e celebrações dos tempos fortes da igreja católica são frequentes em toda a comunidade, isso faz que aconteça o encontro das famílias favorecendo a prática da unidade, fraternidade e solidariedade.

**Imagem 11: Procissão realizada pelas pessoas na comunidade.**



**Fonte:** Odair Dantas 2005

Atualmente acontece na comunidade outro tipo de evento cultural que traz animação aos moradores, que é a cavalgada do trabalhador realizada todos os anos no dia 1º de maio dia de São José operário. Os cavaleiros fazem um percurso de 12 km

saído da Agrovila localizada no município de Cajazeiras PB, até seu destino final a Barraca do Vaqueiro localizada na comunidade de Baixa Grande.

**Imagem 12: Cavalgada do Trabalhador realizada na comunidade**



**Fonte:** Odair Dantas 2014

Segundo Menezes e Almeida (2010, p.01) “A vaquejada, festa que teve origem no sertão nordestino com a labuta na criação de gado, a partir da festa da apartação expressa uma representação cultural arraigada do sertanejo constituindo em uma prática lúdica rural”. Esta prática cultural também é realizada na comunidade de Baixa Grande, momento esse que reúne vaqueiros, tanto da localidade como das demais comunidades e cidades vizinhas.

Na Baixa Grande existem duas pequenas áreas denominadas de Parques de vaquejada, uma delas a mais antiga construída na década de 90, onde é realizada uma grande vaquejada com grandes premiações todos os anos no mês de setembro e pequenos bolões de vaquejadas durante o ano principalmente nos finais de semana. O segundo, inaugurado recentemente promove o evento periodicamente, quase todos os meses, mas com um público bem inferior ao primeiro.

No geral a festa de vaquejada na comunidade de Baixa Grande tem três dias de duração, iniciando na sexta feira com treinos dos cavalos na pista e bolões, seguidos de forrós. No sábado inicia a disputa que pode seguir até à tarde do domingo ou mais. Esta festa é regada com muita dança, bebida e comida, alcançando um publico de pessoas muito grande, uma vez que é uma pratica cultural que desperta o interesse das pessoas em todas as idades sejam elas crianças, jovens adultos e idosos. Todos fazem

questão de participar do evento, em sua maioria essas pessoas usam o traje próprio da festa que é calça, camisa, bota e chapéu. Abaixo segue uma imagem dos cavaleiros no momento que derrubam o boi na faixa.

**Imagem 13:** Derrubada do boi na faixa durante a vaquejada na comunidade.



**Fonte:** Odair Dantas 2016

As festas de casamento é outro momento que merece destaque, uma vez que todos da comunidade pobres ou com poder aquisitivo um pouco mais elevado, fazem suas festas por meio de doação, ou seja, quando se marca a data de um casamento na comunidade, quase todas as famílias são convidadas e como retribuição pelo convite cooperam com os ingredientes das comidas que irão ser servida durante a festa. As doações são realizadas de acordo com o cardápio tradicional da comunidade que é: arroz, farofa com vísceras de frango, bolinhas de peito de frango, lombo bovino e suíno, coxa de frango, galinha de capoeira, macarrão e saladas.



#### **Imagem 14: Mesa pronta para servir aos convidados nas festas de casamento**



**Fonte:** Odair Dantas 2015.

A festa inicia um dia antes da cerimonia religiosa, na maioria das vezes na sexta feira com o abate dos animais, nesse primeiro dia é servido um jantar dedicado as famílias que foram ajudar no abate, e como determina o costume só pode comer neste dia o mungunzá com alguns pedaços dos animais abatidos, que são pescoço, pés e fígado das aves, e as costelas dos demais animais. Além disso, tem o pirão com arroz branco servido em sua maioria as pessoas idosas ou a quem não quer provar o cardápio tradicional.

No dia da festa serve toda a comida aos convidados, em sua maioria essas festas duram a noite toda com comida a vontade. No dia seguinte outro mutirão entra em ação o da limpeza, responsável pela organização do ambiente, lavar guardar o que for de propriedade do dono da casa e entregar o que foi tomado como empréstimo, pois todos os vizinhos emprestam o que possuem e possivelmente será utilizado para organização da festa como: panelas e bacias de grande tamanho algumas delas de barro, mesas e cadeira, pratos, garfos e facas além de outros utensílios domésticos.

**Imagem 15: Panela de barro com mungunzá para ser servido na véspera da festa.**



**Fonte:** Odair Dantas 2016

Como retribuição esses ajudantes se alimentam ou levam para casa o restante da comida da festa, isso para como diz os moradores não “estruir”, ou seja, para não desperdiçar.

### **3.3 Organizações Sociais Influentes no Desenvolvimento da Comunidade**

A ascensão da comunidade veio no período republicano, o progresso diminui a distância entre as cidades e as comunidades mais distantes, houve um aprimoramento na produção de farinha e produtos derivados da cana de açúcar. A educação cresceu destruindo o analfabetismo daqueles que tiveram a oportunidade de conhecer as primeiras letras, essa alfabetização era realizada nas próprias residências de forma particular, por professores sem formação.

Foi nesse ritmo de crescimento que a Comunidade Baixa Grande ganhou a primeira casa de educação pública denominada de Escola Mista Rural de Baixa Grande, e teve como primeira e única professora a jovem Francisca Pinheiro de Souza no ano de 1940. Essa escola atendia tanto moradores da comunidade como também alunos das comunidades vizinhas, deixando de existir no final dos anos 70.

Segundo relatos dos membros da comunidade, as primeiras organizações sociais que influenciaram de forma significativa no desenvolvimento da comunidade

de Baixa Grande, surgiram em 1969, com a chegada de um grupo de italianos vindos da Europa, pertencentes ao Movimento de Evangelização Rural (MER), que se originou por influência do grupo Juventude Agrária Católica (JAC).

De acordo com (Santos ET al. 2010, p.20) “A juventude Agrária Católica – JAC, como um setor da ação Católica especializada, surgiu em meados dos anos 50, no interior de Minas Gerais expandindo-se logo para o Nordeste e posteriormente para o sul do país”.

Com o desejo de lutar pelos direitos dos camponeses da região de Cachoeira dos Índios, se junta a este grupo de italianos uma jovem natural da comunidade Josefa Pereira de Sousa (Zefinha Teixeira), que pode ser considerada a propulsora das primeiras organizações sócias existe no Município de Cachoeira dos Índios, como também da comunidade. Sobre isso (Santos et al.,2010, p.199):

Em 1969, em Cachoeira dos Índios, tínhamos começado com algumas reuniões em vários sítios, explicando a necessidade de fundar o sindicato dos trabalhadores rurais. Em dezembro de 1969, Zefinha foi a João Pessoa, participar de um curso de sindicalismo com duração de 30 dias, dado pela FETAG. Em maio de 1970 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Zefinha foi a primeira presidente. Em seguida, foi eleito Zé Marreta.

Com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais fundado e o apoio da igreja, as reuniões de conscientização tiveram um grande impulso. Segundo os membros da comunidade o destaque desse grupo eram os padres, na comunidade de Baixa Grande Mauro Carli foi o que mais se destacou além dos agrônomos que desenvolveram um grande trabalho de conscientização para todo o povo.

Mesmo em período de grande dificuldade vivido no Brasil por conta da ditadura militar, estas pessoas realizavam as reuniões em todos os lugares, isso em sua maioria antes da missa, atingindo um público significativo de pessoas. Os participantes não eram apenas de Cachoeira dos Índios, mas também de cidades vizinhas como relata (Santos et al. 2010, p.199):

Em 1971, no sítio Baixa Grande (casa do pai de Zefinha), houve um encontro do qual participaram trabalhadores de Boqueirão dos Coxos, Santa Cruz, representantes de vários sítios de Cachoeira dos Índios e do Sítio Pé Branco (Município de Santa Helena). Para nós de Cachoeira dos Índios foi muito importante: deu-nos mais força e entusiasmo para continuar. Começamos a aumentar o trabalho nos sítios mais distantes da cidade, principalmente onde havia capela. Aproveitava-se o dia da missa para fazer reuniões com os



agricultores. Essas reuniões eram feitas pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Zefinha, ou secretário Zé Marreta.

O movimento só crescia e as reuniões com os trabalhadores tinham como base a lei 4.504/64 (Estatuto da Terra). Surgiu também a necessidade de se trabalhar com todos os membros da família, ou seja, mulheres, jovens e adultos, assim, iniciou-se à capacitação de professores para atuarem nas denominadas escolas rurais que existiam nas comunidades. Como afirma: (Santos ET al. 2010, p.199/200):

As reuniões partiam de um texto do evangelho e depois se discutia sobre os problemas dos trabalhadores meeiros. Fazia-se o confronto com o que dizia a Lei 4.504/64 – Estatuto da Terra, que foi nosso maior meio de luta para conscientização. Sentimos que era necessário trabalhar não somente com os agricultores meeiros, mas também com jovens, mulheres, etc. Assim, começamos a fazer cursos de alfabetização para os adultos e jovens em alguns sítios do município de Cachoeira dos Índios e Santa Helena. Muitos desses professores sequer tinham o curso primário completo.

Assim, o movimento ganhou força, os primeiros resultados iam surgindo, como por exemplo, a paga da colheita que era realizada com 50% por parte dos meeiros aos proprietários caiu para 20%. Os proprietários das terras tinham o apoio do governo, da justiça, do Bispo e de alguns padres da diocese. Mas, mesmo assim a luta sindical ganhou espaço e mais ainda com um programa na radio que se chamava Evangelho do Campo, de grande audiência na região. Assim, mesmo com ameaças até por parte da Policia Federal, esses lutadores prosseguiram na batalha, isso tudo com o apoio do povo como afirma (Santos ET al. 2010, p.200):

Nos anos de 1975 e 1976 tivemos varias visitas da Policia Federal. Por três semanas, dois agentes da policia federal ficaram no STR de Cachoeira dos Índios. Todos os dias interrogavam quatro agricultores: dois pela manhã e dois à tarde. Um total de 20 trabalhadores foram interrogados. Os policiais tinham a lista dos nomes dos trabalhadores que deviam ser interrogados. Nunca soubemos com certeza quem deu esses nomes a eles.

A Polícia Federal também visitou e controlou os passos de Zefinha na Baixa Grande e na Faculdade em Cajazeiras fazendo interrogatórios, mas ela se sobressaía sem problemas. E o trabalho continuava, outras instituições além do Sindicato foram criadas, como a Cooperativa Agrícola Mista na sede do município que foi presidida por José Antonio Rodrigues (in memoriam) e Lourival Vieira de Sousa, ambos baixa-grandenses, e ainda o prédio paroquial e a casa paroquial. Na Baixa Grande foi criado um posto de saúde, uma casa de farinha (aviamento) e muitos outros trabalhos que se

concretizaram com o incentivo desse movimento, tudo feito por meio de mutirões na comunidade.

Após realização de vários trabalhos sociais e lutas em prol dos trabalhadores do campo, Mauro foi expulso do Brasil, e junto com ele levou Zefinha, casados, hoje vivem na Itália, porém, as sementes em Baixa Grande germinaram e rederam muitos frutos, pois a terra era fértil, uma vez que o povo de Baixa Grande se manteve abertos ao diálogo, e a exemplo das primeiras comunidades cristãs aprenderam viver em comunidade, favorecendo a multiplicação dos trabalhos que foram enraizados por Mauro e Zefinha.

Segundo um dos membros da comunidade, como fruto desse movimento, no início dos anos 80 surge o trabalho de Valdecy Barrêto Santiago, membro da comunidade de Baixa Grande, que foi sucessor de Zefinha na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira dos Índios. Este foi incentivador da catequese na comunidade, celebrava os tempos fortes da igreja (quaresma, natal etc.) nas famílias, com a participação de jovens, crianças e adultos.

Engajou-se na CPT (Comissão Pastoral da Terra), ligado à Diocese de Cajazeiras, onde conseguiu vários projetos em prol do homem do campo, para Baixa Grande conseguiu poço amazonas, lavanderia comunitária e insumos agrícolas para os trabalhadores. Direcionou ainda seus trabalhos nos municípios vizinhos onde havia uma grande necessidade de posse pela terra por parte dos pequenos produtores rurais que se iniciava com os acampamentos nas terras improdutivas de grandes proprietários e após várias lutas, se tonavam assentamentos rurais, uma verdadeira reforma agrária.

Por volta do ano de 1995, Valdecy morre em um trágico acidente de carro quando retornava do Assentamento Rural Dois Irmãos no município de Triunfo. Nesse período já havia trabalhado uma liderança na comunidade na pessoa do jovem universitário Francisco Odair Dantas, que com seu apoio e motivação havia fundado o Grupo JUNAC (Jovens Unidos no Amor de Cristo).

O Grupo Jovem tinha como objetivo organizar as celebrações e as missas na comunidade, realizar dramatizações e encenações bíblicas, de costume tradicional a Via Sacra da Sexta Feira Santa, e ainda, refletir sobre temas diversos, promover encontros, romarias, participar de eventos religiosos, animar a comunidade através das

festas sociais nas datas comemorativas (principalmente dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, aniversário do próprio grupo e aniversário dos membros).

Por conta da motivação e entusiasmo dos jovens, os pais sentiram se incomodados e não entendiam o porquê do trabalho e vivência do grupo, até que uma vez o presidente do Grupo Jovem, Francisco Odair Dantas, convocou todos os pais para uma reunião e falou das necessidades desses se unirem e se organizarem também através da criação de uma Associação Comunitária, para lutarem pelo bem coletivo da comunidade e assim melhorar a qualidade de vida de seus moradores.

A sugestão foi aceita, e a partir desse momento foi convidado pessoas com experiência no assunto, a exemplo de José Lisboa, que ajudou a organizar a parte burocrática da criação da Associação Comunitária, em 30 de março de 1995, como consta na ata de criação.

Cada reunião acontecia em um local diferente por não existir sede própria. O local mais utilizado era a Escola Municipal Bertulino Marcos de Oliveira. No sentido de homenagear o ilustre membro da comunidade que sonhava com a criação desta Associação, foi votado por unanimidade o nome de Valdecy Barrêto Santiago para denominação da associação Comunitária.

Após essa etapa, com crianças, jovens e adultos motivados, deu-se início ao trabalho de construção da sede da Associação Comunitária tudo em forma de mutirão, primeiramente com a broca para obtenção da lenha, seguindo com a fabricação dos tijolos e por fim a construção em mutirão, com pedreiros e ajudantes da comunidade. Isso por que o Espaço físico da escola não comportava mais os eventos e o campo das mangueiras começava a morrer, acabando assim com o espaço destinado a recreação. Nas imagens abaixo podemos visualizar o trabalho em mutirão de adultos e crianças na confecção de tijolos para construção da associação.

**Imagens 16 e 17:** adultos e crianças executando os trabalhos em mutirão.



**Fonte:** Odair Dantas, 1996.

Vários projetos foram destinados à comunidade através da Associação Comunitária, a exemplo da ampliação e fortalecimento de toda rede elétrica, construção de passagens molhadas, barragem, perfuração de poços artesianos e abastecimento de água de toda a comunidade, além de experiências com a criação de hortas comunitárias, banco de sementes, cisternas de placas e outros que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Segundo os relatos, um sonho muito grande por parte dos moradores da comunidade de Baixa Grande era a construção de uma capela, pois tinham que se deslocar na maioria das vezes a pé até Cachoeira dos Índios, para participarem das missas, celebrações e obtenção dos sacramentos, sendo muito fervorosa a prática da religião católica. Sempre que este assunto vinha à tona, logo se dizia que, por conta da comunidade se localizar bem próximo à sede da paróquia, isso não era permitido.

Certa vez, por ocasião da visita pastoral do Bispo da Diocese de Cajazeiras, Dom Matias, à comunidade de Baixa Grande, que coincidiu com a inauguração do prédio da Associação Comunitária, este falou que retornaria mais uma vez a comunidade se fosse para inaugurar uma capela. Os moradores aplaudiram e ficaram surpresos com a declaração. Indagado sobre a proximidade com a paróquia, o reverendíssimo falou que mais próximo ficava a igreja Nossa Senhora de Fátima da Catedral em Cajazeiras.

A partir deste momento a diretoria e membros da Associação Comunitária tomaram a iniciativa e começaram a planejar através de várias reuniões com o padre da paróquia e moradores para decidirem a questão do local, doação do terreno, escolha do padroeiro e outros assuntos pertinentes a construção. Toda Comunidade foi

mobilizada e através de doações e mutirões, foi erguida a Capela do Divino Espírito Santo, inaugurada no ano de 2003 e que serve hoje como principal espaço de encontro entre os moradores para a prática religiosa e social entre os membros da comunidade.

Por isso Baixa Grande é caracterizada como uma comunidade efetiva, movida por ideais permanentes, consolidou-se com uma população considerada genuinamente descendente dos primitivos, conservando a cultura, aprimorando os conhecimentos e promovendo os anseios de todos que participam das ações benéficas para engrandecimento do bem comum, tendo o passado como o pressuposto para fundamentar todos os eventos realizados pelos habitantes da Comunidade.

## **4. A MIGRAÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE BAIXA GRANDE**

Neste capítulo discutimos os aspectos referentes à migração e as estratégias de resistência na comunidade de Baixa Grande. Como a migração se apresenta como estratégia de reprodução no meio desse povo, quais motivos os levam a migrar e o motivo do retorno à comunidade e quais dificuldades foram encontradas por esses sujeitos nesse processo.

Apresentamos os fatores e as estratégias de resistência daquele povo para permanecer na comunidade, por ver o campo como um lugar bom de viver. Finalizando abordaremos alguns costumes próprios da comunidade e como eles são seguidos por seus moradores.

### **4.1 A Migração como Estratégia de Reprodução do Campesinato na Comunidade Baixa Grande**

Há habitantes que residem na Comunidade, mas não conseguem sobreviver apenas do que é produzido naquele lugar, devido à estrutura fundiária local se constituir de pequenas porções de terra por proprietário e, também devido aos períodos prolongados de estiagens não condicionar o desenvolvimento da unidade familiar na distribuição de um ano. Nesse sentido, migrar sazonalmente ou trabalhar fora da Comunidade e nela residir, ou mesmo residir em outro local e constantemente retornar a terra, tem se constituído uma característica marcante da Comunidade investigada.

Esses movimentos por determinados períodos para outros lugares e regiões do País em busca de uma melhor qualidade de vida, mas sempre que podem retornam à terra e lá encontram meios de sobreviverem consiste numa forma de alegrarem-se por ser para os entrevistados o seu lugar de viver devido aos laços afetivos, do ar mais puro, da segurança e outros fatores.

A migração acontece quando há o deslocamento físico de pessoas ou grupos no espaço geográfico, essa mobilidade ocasiona uma variedade de modificações tanto na realidade regional como na vida das pessoas que realizam o processo de migratório (BRANDT, 2014).

A migração no Brasil aconteceu com maior fervor na década de 60, acontecimento esse, influenciado pela modernização da agricultura no campo, seguida pelo o desenvolvimento industrial, que neste período foi à fonte geradora de emprego nas grandes cidades, tornando um fator atrativo para quem passava por momentos de dificuldades no campo (SILVA ET al., 2009). Segundo o autor (*ibidem*, p. 76), os fatores que levam a migração das pessoas do campo são vários:

A Migração de Trabalhadores Rurais pode ocorrer por vários fatores: vontade própria, objetivo de juntar dinheiro, compra de imóveis, moto e etc. Todos esses fatores contribuíram para o incremento da migração no país. Dentre eles, os fatores associados ao local de origem e destino, colocam-se como os mais significativos. Em geral, são as condições de sobrevivência local, que quando ameaçada, forçam os trabalhadores rurais a deslocarem-se em busca da sobrevivência.

Assim, podemos perceber que muitos são os motivos que leva os trabalhares do campo a se deslocarem para outras cidades ou regiões, uma vez que, seu lugar de origem não favorece condições adequadas para o alcance de seus objetivos, isto pode ser em muitos casos, devido ao desemprego e as dificuldades de sobrevivência ocorridas no campo. Como afirmam os registros deixados nos questionários:

Falta de oportunidades de trabalho na região. (Entrevistado 01 – Grupo Questionário 01)

Sem opção de emprego nos levam a se deslocar de um estado para outro. (Entrevistado 03 – Grupo Questionário 02).

Por falta de trabalho nessa região tive que viajar para outro estado em busca de trabalho. (Entrevistado 02 – Grupo Questionário 03).

Em muitos casos, esse período de migração é realizado de forma temporária, uma vez que esses trabalhadores não permanecem de forma definitiva nos luars para onde se destinaram, na maioria das vezes sempre voltam a sua terra de origem. Esta oscilação caracteriza-se por um tipo de migração temporária interna denominada sazonal.

Segundo Mazer (2015, p.60) “As migrações internas sazonais ou estacionais são aquelas que se repetem ciclicamente, geralmente com periodicidade anual, e acontecem em resposta a ofertas temporárias de trabalho fora de suas regiões de residência.” Este tipo de migração é o que prevalece nos dias atuais nas comunidades do campo, no Município de Cachoeira dos Índios - PB, onde alguns de seus habitantes

se deslocam para outros lugares e/ou regiões por um período do ano em busca de trabalho.

No final da década de 1990 os membros da Comunidade Baixa Grande iniciaram esse tipo de migração, tendo como destino principal o interior do estado de São Paulo, exclusivamente para o corte de cana de açúcar. Estas idas e vindas tiveram seu declínio com o avanço nas técnicas de colheita no meio agrícola, uma vez que o trabalho braçal do homem foi substituído pelas máquinas, restando apenas às opções de operadores de máquinas, excluindo os outros trabalhadores principalmente os baixagrandedes que não tinha habilidade para a nova profissão.

Sabemos que as motivações para este tipo de migração advêm de famílias mais pobres, onde as classes sociais estão desprovidas de recursos. Por esta razão os membros da comunidade de Baixa Grande não desistiram dessa estratégia de reprodução social uma vez que para (Menezes 1985 *apud* Menezes 2012, P.22)

A migração de camponeses não era apenas consequência da inviabilidade de suas condições de existência, mas parte integrante de suas próprias práticas de reprodução social. Assim, migrar poderia ser a condição para a permanência da condição camponesa e da moradia no campo. A mobilidade, o ir e vir entre as regiões Nordeste e Sudeste, entre o trabalho agrícola e urbano era parte das estratégias de reprodução social da família camponesa.

Assim, a renda que é obtida no trabalho fora de seu lugar de origem é usada como estratégia de reprodução social no campo, uma vez que é com esses recursos que essas pessoas conseguem proporcionar melhores condições de vida para os familiares que continuam a residir nas comunidades do campo.

Essa estratégia de sobrevivência desenvolvida por essas pessoas não apresenta condições favoráveis, uma vez que muitos são os problemas que esses sujeitos precisam enfrentar para o alcance dos objetivos, os levando a optar por trabalhar em outra região, como podemos observar no quadro abaixo:



**Quadro 02:** Dificuldades encontradas pelos sujeitos no período que trabalharam em outras regiões

PERGUNTA	RESPOSTA 1	RESPOSTA 2	RESPOSTA 3
Quais foram às principais dificuldades encontradas fora de sua comunidade de origem no período em que trabalhou fora?	Adaptar-se com as pessoas e com a falta de segurança	Locais inadequados para repousar, se comunicar com estranhos e o principal saudade dos entes querido.	Falta de comodidade má alimentação, falta de segurança no trabalho é a pior situação.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2016.

As atividades que esses sujeitos exercem, são no ramo de vendas confecções, mais explicitamente no Interior do Estado do Pará. Estes trabalhadores dividem o cumprimento de suas atividades entre vendedores ambulantes e de confecção, ainda cobradores de duplicatas como assim, ficaram registrado nos questionários.

Tive que começar no ramo de vendas por uns dias. Mais situação começou a complicar então me mudaram para fazer as cobranças no intuito de conseguir mais dinheiro. (Entrevistado 01, Grupo 03, Questionário 01).

Vendedor ambulante. (Entrevistado 02, Grupo 03, Questionário 03)

Vendedor de confecção (Entrevistado 03, Grupo 03, Questionário 03).

Em meio a tantas dificuldades encontradas fora de sua terra, o desejo pelo retorno logo chegava, os dias de trabalho eram regados pela esperança do breve retorno para casa, dizia o Entrevistado 01, Grupo 03. A saudade da família e dos amigos além da busca pelo descanso eram os principais motivos que faziam esses trabalhadores retornarem a sua comunidade de origem, isso pode ser confirmado nos depoimentos, os quais atestavam serem os motivos principais, a família, os parentes, amigos e o descanso.

De acordo com a pesquisa, ao migrarem e apesar de exercerem uma carga horária de trabalho com muitas dificuldades, esses sujeitos, em alguns casos não conseguem alcançar os objetivos que anseiam, uma vez que o que ganham durante a viagem não é o suficiente. Porém, a viagem também foi importante para que essas pessoas tirassem conclusões positivas, que poderão ajudar na melhoria de suas futuras profissões. Como consta no quadro a seguir:

**Quadro 03:** Se a escolha contribuiu para o alcance dos objetivos dos sujeitos.

PERGUNTA	RESPOSTA 1	RESPOSTA 2	RESPOSTA 3
Essa escolha de vida contribuiu para o alcance de seus objetivos? Sim ( ) não ( ). Por quê?	Sim, porque consegui comprar meu transporte e ajudei minha família.	Sim, me mostrou como o mundo lá fora funciona e mim ensinou que o estudo é muito importante na vida das pessoas.	Não, porque não ganhava o suficiente para conseguir o objetivo.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2016.

Assim, podemos ressaltar que a migração foi no passado e continua sendo no presente, uma Estratégia de Reprodução do Campesinato na Comunidade Baixa Grande, uma vez que ainda existem muitos de seus filhos distribuídos por algumas regiões do país desenvolvendo estas atividades e retornando periodicamente para o seio de suas famílias no campo. Pessoas essas que não concordam em sair de sua comunidade de forma definitiva.

Nesse sentido reafirmamos a existência e a continuidade do campesinato na Comunidade Baixa Grande pela permanência das famílias com trabalho de base familiar na atividade agropecuária, outras atividades relacionadas as artes e ao comércio de produtos locais produzidos na própria comunidade, aos laços culturais, as tradições, costumes e culturas dela característicos, e que mesmo migrando alguns de seus habitantes em busca de trabalho, não constitui uma ameaça a classe camponesa lá existente, em função de que ao migrarem sazonalmente, o fazem por necessidades financeiras e de emprego, e ao retornarem ou manterem a comunicação com as famílias que ficam na comunidade fortalecem esses laços e, constantemente a terra retornam.

#### **4.2. Fatores e Estratégias de Resistência na Comunidade Baixa Grande**

De acordo com Vanderley (2014) os espaços que não eram utilizados, e/ ou que escapavam sem que fossem percebidos pelos senhores da terra, já eram usadas pelos pequenos agricultores camponeses para produção de seu sustento, com isso as

primeiras estratégias de resistência camponesa foram surgindo. Uma vez que, com pequenas ações esses camponeses conseguiram desenvolver uma forma própria de produzir tendo como base a família.

Com a formalização das propriedades camponesas, esses trabalhadores passaram a ter mais liberdade na produção, uma vez que não dependiam mais exclusivamente das terras dos patrões, favorecendo com isso a comercialização de alguns produtos que excediam de suas pequenas plantações.

Assim, a agricultura de subsistência passou a ser a principal estratégia de resistência para os camponeses. Sendo fortemente agravada com a modernização da agricultura e a chegada dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro Vanderley (2014).

As estratégias de sobrevivência praticadas pelos membros da comunidade de Baixa Grande fossem eles homens ou mulheres estavam sempre voltados para a agricultura, no entanto essas pessoas conseguiam conciliar a atividade agrícola com outra, que podiam ajudar na garantia de sua sobrevivência, assim, como é mostrado nos depoimentos a seguir, coletados durante nossa entrevista, quando perguntamos quais eram as atividades desenvolvidas por esses camponeses ao logo de suas vidas:

Só dona de casa mesmo, e quando eu chegava da roça, ia pisar e moer milho para o preparo o groló (refeição), cozinhava feijão para comer com pão de milho. E hoje, as mulheres não sabem como é uma espiga de milho, nem sabem quebrar milho na roça. Antes a gente tinha que carregar trochas de feijão e melancias da roça pra casa (Entrevistado 01, Grupo 03).

O forte aqui era a agricultura. O povo produzia cereal e tinha a plantação de algodão e que bem antes era a mandioca. Aqui existiam vários aviamentos, as casas de farinha que no período da farinha da se tornava uma festa. Chegou a ter até quatro casas de farinha, mas com o tempo foram se acabando e no local que plantavam mandioca, começaram a cultivar capim para a criação de gado bovino. Mas tarde, chegou às plantações de arroz nas terras mais baixas, mas por conta da falta d'água e os invernos curtos, acabou a produção. As pessoas daqui criavam também gado, uns mais e outros menos dependiam da quantidade de terras que a pessoa tinha. Nos aviamentos, era tratada a mandioca, trazida do Serrote, de lá de onde está sendo construído o cruzeiro. A mandioca era trazida por animais em caçua, e quando chegava à casa de farinha, eram as mulheres que tomavam de conta para raspar com uma faca a casca da mandioca. Eram feitos em mutirão e logo em seguida iam lavar, conduzir ao processador manual até dá origem a farinha. Ninguém era remunerado pelo trabalho feito, mas no final de cada dia todos

recebiam uma recompensa através de um beiju de farinha ou tapioca de goma e assim todos ficavam satisfeitos. Tive um tio, cheio de idéias, que organizou sua plantação por meio de irrigação, utilizando uma técnica manual e assim facilitou o trabalho e o uso da rotação de culturas (Entrevistado 02, Grupo).

Eu trabalhava sempre na roça, só ganhava alguma coisa no dia em que ia trabalhar alugado. Muitas vezes saía nas casas vizinhas, ajudava a fazer as lutas de casa como pisar e moer milho e ganhava parte do milho que pisava, ou do arroz, e fazia o almoço ou a janta quando chegava a casa. Tempero naquele tempo, não tinha de jeito nenhum. Era considerado rico quem comesse pelo menos arroz nos finais de semana. Quem tinha as coisas, passava bem e quem não tinha era para sofrer. Trabalhei várias vezes desfolhando milho para ganhar trocados e comprar tecido e outras coisas de casa (bacia, prato, etc.). Além disso, tudo, para piorar, depois de casada todo ano tinha um filho. No tempo da bata (colheita) do arroz, ganhava sacudindo o arroz o dia todo, chegando a trabalhar o dia todo, do nascer ao por do sol. Era uma verdadeira exploração dos patrões. Os que eram donos da terra tinham muito legumes, comiam e bebiam bem. Depois os invernos foram encurtando e a situação foi sendo mudada. Trabalhava muito na luta de casa. Muitas vezes, passava uma parte da noite ou madrugada, adiantando os serviços, para de dia ir para a roça (Entrevistado 03, Grupo 03).

Assim, podemos concretizar que a prática da agricultura de subsistência aliadas à pecuária, e criação de outros animais como suínos, caprinos, aves etc. Também predomina como estratégia de resistência desde muito antes, outras atividades também são desenvolvidas por alguns membros da comunidade de Baixa Grande nos dias atuais como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 01:** Fonte de renda dos sujeitos envolvidos na pesquisa

PRINCIPAL FONTE DE RENDA	PORCENTAGEM
Trabalho como pedreiro	34%
Trabalho como técnico de enfermagem	33%
Trabalho com vendas e aposentadoria dos pais	33%

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2016.

Mesmo não vivendo exclusivamente do que produzido no campo esses moradores insistem em continuar residindo na comunidade, alegando que ali estão suas raízes, que a família está naquele lugar e que este lugar é bom para viver, sedo notável seu apego e pertencimento ao campo. Fato esse que pode ser comprovado nos registros deixados nos questionários quando perguntamos o que fazem preferir morar no campo:

Devido o sossego, pois é onde eu nasci e cresci (Entrevistado 01, Grupo 01, Questionário 01).

Moro no sitio com meus pais, pois não preciso pagar aluguel na cidade e no sitio é mais tranquilo de se viver que não tem tanta violência. (Entrevistado 02, Grupo 02, Questionário 02).

Moro na comunidade, pois foi onde nasci e me criei. (Entrevistado 01, Grupo 03, Questionário 03).

Estas pessoas afirmam ainda que, viver no campo traz muitas vantagens que na cidade eles não podem encontrar valorizando a Comunidade, o convívio com as pessoas, a união entre os habitantes, a solidariedade vivida entre eles, a calma, convívio com familiares e amigos, acesso fácil à cidade e a Capela, e, finalmente, a tranquilidade de vida.

Na comunidade existe outro grupo de pessoas que procuram estratégias para continuarem a viver no campo mesmo não sendo de forma definitiva. Estas pessoas possuem sua primeira residência nas cidades vizinhas principalmente em Cajazeiras PB, e a segunda residência na comunidade de Baixa Grande.

Estes sujeitos são filhos da comunidade de Baixa Grande, porém com o passar do tempo encontraram muitas dificuldades para permanecer na comunidade, já que a rotina destas pessoas era dinâmica, se dividindo entre as atividades de trabalho desenvolvidas na cidade e duro retorno para a comunidade depois de um longo dia de trabalho e/ou ainda um dia de trabalho no campo e a ida para cidade para estudar. Isso pode ser confirmado nos depoimentos abaixo, deixados pelos sujeitos quando perguntado sobre a rotina vivida por eles antes na comunidade:

Era residindo lá, mas todos os dias tendo que me deslocar até a cidade para trabalhar e nos finais de semana jogando, me divertindo, passeando, frequentando a casa dos familiares. (Entrevistado 01, Grupo 01).

Saía de casa pela manhã, retornava para fazer as refeições quando dava tempo e voltava à noite para dormir, concluindo, passava a maior parte do tempo na estrada exposto ao sol, poeira ou chuva. (Entrevistado 02, Grupo 02).

Era trabalhando no roçado e estudando. (Entrevistado 02, Grupo 03).

Esses sujeitos mesmo passando a semana na cidade retornam frequentemente para a comunidade, os laços familiares e de amizades são os principais responsáveis pelo retorno desses sujeitos, como mostra as afirmações abaixo deixadas pelos sujeitos quando perguntamos por que eles sempre retornam a comunidade:

Porque deixei parentes, amigos e por gostar muito da vida no campo. (Entrevistado 01, Grupo 01).

Primeiro, porque temos residência própria na comunidade, segundo por conta dos familiares (pai e mãe), amigos e vizinhos e terceiro por conta que desenvolvemos um grande trabalho comunitário, principalmente no aspecto religioso e criamos um vínculo muito forte com a maioria dos moradores da comunidade. (Entrevistado 01, Grupo 02).

Retorno porque temos amigos e familiares. (Entrevistado 02, Grupo 03).

Assim, de acordo com os relatos dos sujeitos acima citados, o retorno periódico que é feito à comunidade, tem como motivo principal a laços afetivos com família, seguidos pelos dos amigos e vizinhos. Ainda, por conta de alguns trabalhos comunitários que foram desenvolvidos quando vivam na comunidade, que continuam necessitando do auxílio desses sujeitos para que possam continuar vivos e a dar frutos.

De acordo com os dados coletados durante a pesquisa o retorno a comunidade é frequente, principalmente nos finais de semana, feriados como mostra a tabela seguinte:

**Tabela 02:** Periodicidade de retorno à comunidade.

<b>RETORNO À COMUNIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Apenas nos finais de semana (sábado e domingo)	33%
Finais de semana e feriados	34%
Finais de semana, feriados, dias santos e períodos de férias.	33%

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Segundo a Tabela anteriormente apresentada, o retorno dessas pessoas é frequente. Nos feriados que podem ser nacionais ou municipais, nos finais de semana (sábado e domingo) às vezes na sexta à noite já se deslocam. Nos dias santos que muitas vezes são contados como feriado tais como: dia da padroeira do município, do estado ou do Brasil, semana Santa entre outros. Finalizando o período de férias que pode ser as férias escolares dos filhos ou férias do trabalho.

A diferença no convívio social do campo e no da cidade é visível, segundo essas pessoas à forma como os vizinhos se relacionam, a forma de se cumprimentar, de receber em suas casas é muito diferente das que eles eram acostumados a vivenciar no campo. A humildade das pessoas do campo o respeito e o carinho tão característicos da vizinhança dos quais estavam acostumados, não é visto na cidade segundo essas pessoas. Isso pode ser observado nos depoimentos seguintes:

Acho que no campo há um respeito maior no modo de cumprimentar, de ajudar o próximo na hora da dificuldade. As pessoas são mais humildes, mais simples, mais sensíveis. (Entrevistado 01, Grupo 01).

No campo, as pessoas são mais acolhedoras, mandam entrar, oferecem café conversam sobre assuntos diversos. Na cidade só acontece o cumprimento mínimo de um bom dia, boa tarde ou boa noite, ninguém tem tempo para nada, por isso se torna incômodo a visita de alguém. (Entrevistado 02, Grupo 02).

O acolhimento tão frequente entre as pessoas no campo, lugar que todos se conhecem e estão ligados por vínculos familiares e de amizade, a conversa jogada fora a cada encontro dos vizinhos, são os fatores que fazem falta no convívio da cidade. A rotina corrida da população urbana com o acúmulo de outras atividades, causadas muitas vezes pela jornada de trabalho excessiva leva os vizinhos a se distanciarem uns dos outros sem que os mesmos percebam.

Mesmo não residindo de forma permanente na comunidade, essas pessoas afirmaram que ainda contribuem com desenvolvimento de Baixa Grande. Cada um de sua forma, comprando no pequeno comércio local, participando das atividades religiosas e pastorais de forma voluntária, como também das atividades esportivas e culturais que são realizadas frequentemente na comunidade. Fato este confirmado com as respostas expostas no quadro abaixo:

**Quadro 03:** Contribuições que ainda são dadas a comunidade pelos entrevistados

PERGUNTA	RESPOSTA 1	RESPOSTA 2	RESPOSTA 3
Você ainda contribui com o desenvolvimento da comunidade? ( ) Sim ( ) Não, como?	Sim, comprando no comércio, tocando nas missas que acontecem na comunidade nos fins de semana.	Sim, participando das pastorais e movimentos que acontece na capela.	Sim, participando das atividades religiosas, culturais e esportivas.

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Assim, as pessoas que tem o privilegiam de viver neste lugar descrevem orgulhosas as características de seu povo, o modo como se relacionam, prevalecendo à simplicidade e a humildade das pessoas e a forma como vivem organizados. O acolhimento a quem quer que seja, é contado de forma orgulhosa por um dos sujeitos, fazendo-nos compreender que a ajuda ao próximo é fator marcante neste lugar, tudo isso consta nos depoimentos seguintes:

É uma comunidade boa, de pessoas simples, humilde, hospitaleira, organizada, inteligente. (Entrevistado 01, Grupo 01).

Diante do que vivenciamos e ouvimos constantemente, nossa comunidade se destaca pelo acolhimento a todo tipo de pessoa ou família, que chega a comunidade, prova disso é que, quem chega à comunidade como morador, logo consegue uma moradia com o apoio e a ajuda de todos. E conhecida pela forma como é organizada através dos movimentos comunitários e eventos realizados e o que chama atenção, é a união presente entre os moradores, existe uma vivencia coletiva onde uns ajudam o outro, seja na forma de produção agrícola ou pecuária, seja no momento da doença com ajuda financeira e humanitária e ainda nos momentos festivos onde se destaca as festas de casamento que só aqui há uma forma de partilha entre os ingredientes da festa e a mão de obra realizada. (Entrevistado 02, Grupo 02).

É uma comunidade que me sinto muito bem em poder fazer parte dela, é um povo acolhedor, amigo alegre e gosta de passar para as outras comunidades que é uma comunidade organizada. Precisamos diante de nossos políticos que tenham mais atenção por nossa comunidade na saúde, segurança e educação, mas mesmo assim não troco a minha Baixa Grande por comunidade de ninguém. (Entrevistado 03, Grupo 03).

Podemos com isso, destacar as características de como esse povo vive em comunidade, já que como afirma o sujeito, os que chegam ali sem casa logo consegue ergue-la, e essa aquisição do terreno tanto pode ser por compra, como também por doação dos próprios moradores. Ainda se destaca a forma como se reúnem em mutirões para os trabalhos comunitários colheita da produção agrícola, onde cada dia da semana é destinado à lavoura de um dos trabalhadores, fazendo com que a comunidade se destaque das demais por conta do modo de vida diferenciado que, foi adotado pelo povo daquele lugar.

#### **4.3. Costumes em Comum na Comunidade Baixa Grande**



Muitas comunidades apresentam costumes próprios, estes são práticas que herdamos dos nossos antepassados e que são reproduzidos por nós, mesmo que não saibamos o sentido real destes atos, porém a confiança e o respeito que temos por quem nos repassaram, torna essas práticas válidas e sagradas.

Barbosa (2011, p. 16) relata que “sabemos que desde os primórdios somos atravessados por conteúdos simbólicos constituintes de crenças, costumes, valores e religião”. A população camponesa tem uma forte relação com a natureza, uma vez que tudo que o camponês tem, depende do que a terra possa oferecer. Assim, se apegam as crenças, aos costumes e a religião para terem sucesso em sua lida cotidiana e principalmente na colheita.

Ainda de acordo com Barbosa (2011) as instituições religiosas, são as que mais apresentam crédito perante a sociedade, isso pode favorecer a expansão de práticas religiosas em muitas culturas. A crença na existência de fenômenos sobrenaturais fez com nossos ancestrais desenvolvessem rituais e práticas que evitavam punições por eles explorarem a natureza. Com o passar do tempo outras práticas foram surgindo como forma de pedidos e agradecimentos, a exemplo temos a festa de São João realizada na roça no dia 24 junho, que tem como objetivo agradecer a Deus por intercessão do santo a colheita farta, onde é acesa uma fogueira e servido comidas tipicamente preparadas para este fim.

Assim foram surgindo muitas crenças religiosas e costumes que se apresentam em forma de cultura em nosso meio, como afirma Thompson (1998, p14), “nos séculos precedentes o termo “costume” foi empregado para denotar boa parte do que hoje implicamos na palavra cultura”. Com o objetivo de alargar em nosso meio as práticas adotadas por grupos ou comunidades que viveram antes de nós, cada um com sua carga de saberes.

De acordo com Thompson (1998), a manifestação do costume se apresentou com maior frequência no século XVIII e parte do XIX, representando uma forma de reivindicação de novos direitos dos povos da época, uma vez que estavam sendo pressionados a reformular suas culturas segundo normas estabelecidas pela elite dominante daquele período.

Neste caso o costume se apresenta como uma forma de defesa do direito de reprodução da cultura de um povo, pois quando se sentiram ameaçados pela elite criaram o costume como estratégia para continuar com o desenvolvimento de sua cultura. Assim, podemos afirmar que “o próprio costume é a interface, pois podemos

considerá-lo como práxis e igualmente como lei”. Thompson (1998, p. 14), A prática contínua do costume passa a ser respeitada como uma lei.

Segundo Thompson (1998), ao povo era negado o acesso à educação, ficando a linguagem oral como o único recurso que podia se utilizar para este fim. Esta linguagem vinha carregada de costumes de seus povos, sendo passada de geração em geração transformando-se em praticas cotidianas.

Desta forma foi com essa carga de costume que a comunidade de Baixa Grande desenvolveu sua cultura própria muitas delas acompanhadas de crenças religiosas, a exemplo, temos a festa do Divino, o terço e a procissão de Nossa Senhora de Fátima todos os dias 13 de cada mês, o ofício de Nossa Senhora todos os sábados à noite na capela, a festa de Exaltação da Santa Cruz todo ano no dia 14 de setembro, a via sagra na semana santa, o terço de padre Cicero na pracinha todos os dias 20, e a missa da comunidade todo 4º domingo de cada mês. São eventos religiosos que alcançam um público considerável, isso por conta do costume das famílias sempre se reunirem na capela para orar, pedir e agradecer as coisas concedidas às famílias por intercessão dos santos.

Nestes encontros religiosos, também são discutidos, em momentos propícios, os problemas da comunidade que por ventura necessitam da solidariedade das pessoas para sua solução, saindo destes encontros estratégias para amenizar muitos problemas, como as campanhas para arrecadação de alimentos, medicamentos, ou dinheiro para tratamento de saúde que por ventura alguém da comunidade tiver necessitando. São de costume todos da comunidade ajudar com alguma quantia em dinheiro ou produto.

Na capela também são avisados ao povo datas de reuniões das demais instituições como as da Associação Comunitária, posto de saúde, etc., e tudo que por ventura for de interesse da comunidade, mesmo os de outras religiões que são minoria na comunidade, são comunicados dos eventos pelo povo que frequenta a capela.

Além das grandes festas de casamentos organizadas de forma singular, cavalgadas, vaquejadas, forrós e outros eventos, citados no capítulo anterior, temos alguns costumes na comunidade de Baixa Grande que são praticados apenas naquele lugar que foram passados dos pais para os filhos como em forma de lei. Alguns podem até ser encontrados em outras comunidades, mas com pouca propagação não

ocorrendo de forma tão fervorosa como acontece na comunidade de Baixa Grande. E quando um de seus filhos deixa de executar são repreendidos pelos mais velhos.

A Renovação dos votos ao coração de Jesus e de Maria é um encontro religioso onde os donos da casa reúnem as famílias para renovar os votos de devoção aos Santos, esse ato é realizado por quase todas as famílias, quase sempre na data que comemoram o aniversário de casamento do casal. Reza-se uma novena e ao final serve chá, lanche e em algumas famílias até um jantar para os presentes.

Além desse, outros costumes voltados a crenças religiosas são praticados pelos baixa-grandenses como: a troca de presentes entre padrinhos e afilhados na sexta feira da semana santa, ascender uma vela na janela no dia 02 de fevereiro em honra a Nossa Senhora das Candeias, não comer carne nas sextas feiras, ou seja, uma vez na semana praticam esse costume como forma de penitência em busca da purificação da alma.

Outros costumes são praticados em forma de solidariedade que são: os trabalhos em mutirão seja ele em qualquer circunstância; o cuidado da puérpera pelas vizinhas e dividir os pratos especiais feitos de preferencia nos finais de semana com os vizinhos mais próximos, como bolo, doces, galinha, comidas feitas a base de milho como pamonha, canjica, etc. Essa união e partilha pode ser confirmada com o depoimento do Entrevistado 01, Grupo 02, sobre a união das famílias da comunidade que não permitem que nenhum de seus integrantes fique em situação de privação dos bens necessários à vida.

Foram esses os destaques acerca da Comunidade Baixa Grande, os quais conseguimos detectar em nossa pesquisa, uma Comunidade na qual está impressa a paisagem Semiárida e os frutos da organização camponesa através de sua população com suas práticas produzindo e reproduzindo-se a partir de seu próprio modo de vida.

## CONSIDERAÇÕES

O propósito desta pesquisa foi investigar o processo de reprodução social do campesinato na comunidade de Baixa Grande, Cachoeira dos Índios – PB. Sendo assim, através da metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa conseguimos levantar dados que nos forneceram suporte suficiente para o alcance do nosso objetivo, especialmente através de uma pesquisa, cuja metodologia desse o aporte necessário a sua especificidade, o campesinato da Comunidade Baixa Grande.

Refletimos a partir das discussões com vários autores acerca da origem do campesinato brasileiro, com isso pudemos compreender que a origem e reprodução do campesinato nessa Comunidade iniciaram pelo apossamento de uma pequena área livre de terra.

A história oral aliada a muitos registros encontrados nos livros pertencentes à Diocese de Cajazeiras - PB nos proporcionou descobrir que a ocupação do espaço onde está localizada a comunidade de Baixa Grande foi realizada por camponeses que migraram em busca de terras livres para com isso se desenvolverem, vindos de Pernambuco encontraram nas terras baixas e férteis condições favoráveis para nela residirem e dela retirarem o necessário à vida, conseguindo se reproduzir de forma significativa e permanente, ao longo do tempo.

Conseguimos ainda com essa pesquisa verificar quais são os costumes e as expressões culturais que existiram e que ainda permanecem sendo reproduzidas naquele lugar, como as festas religiosas carregadas de costumes, as festas de casamentos de tão boa repercussão nas redondezas e a solidariedade freqüentemente presente em toda ocasião, principalmente por meio dos mutirões.

Também, identificamos que a migração sazonal é utilizada desde a década de 90 pelos baixa-grandenses como forma de estratégia de resistência no campo. Além dessa, outras são utilizadas pelos moradores para nunca deixarem aquele lugar, onde os laços familiares e a solidariedade estão presentes, fato esse comprovado em cada depoimento deixado pelos sujeitos.

Assim, os dados produzidos parecem mostrar que o processo de reprodução do Campesinato na comunidade de Baixa Grande se dá pela comprovação de algumas das nossas hipóteses apresentadas no início de nossa pesquisa que são: a existência de produção agropecuária, a disponibilidade de pouca terra capaz de manter toda unidade familiar se reproduzindo socialmente no interior da Comunidade, e para tanto,

utilizam-se de mecanismos como a migração sazonal para geração de emprego e renda e, até mesmo o emprego e renda na circunvizinhança e o retorno diário ou semanal a comunidade como forma de manter a comunicação com as famílias. Igualmente, os laços afetivos e familiares e a importância da crença religiosa como elementos de forte interligação comunitária.

Isso ocorre porque as famílias da comunidade compartilham de um laço afetivo muito forte regado ao respeito aos costumes de seus antecessores, entre este costume esta a prática religiosa, onde é pregada a solidariedade entre os irmãos facilitando assim, o desenvolvimento de serviços comunitários e ajuda mutua em todos os tipos de necessidades, fazendo com que a união prevaleça entre as famílias refletindo de forma expressiva em toda a comunidade, contribuindo assim para o seu crescimento.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir de alguma forma com o desenvolvimento de outras pesquisas voltadas para o campo, principalmente para as formas de reprodução do campesinato no Alto Sertão da Paraíba. Nós, estudantes da graduação, principalmente os filhos de camponeses que, tivemos o privilégio de estudar e, com isso, termos acesso ao conhecimento e a pesquisa, não devemos deixar nossa história de vida ser contada por quem não viveu, e não sabe o que é viver no campo, por aqueles que não viveram o sentimento de pertencer a terra.

Façamos isso mesmo em meio a tantas dificuldades encontradas em nosso cotidiano, para que no futuro possamos relatar com nossos filhos e demais companheiros de caminhada dizendo, “eu vivi e escrevi”. E não, nunca, jamais “eu vivi e nunca escrevi a minha própria história”.

## REFERÊNCIAS

ACKER, Justina Inês Brunetto Verruck ET al. **As parteiras e o cuidado com o nascimento.** *Rev. bras. enferm.* [online]. 2006, vol.59, n.5, pp.647-651. ISSN 0034-7167. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672006000500010>>. Acesso em 08 jul. 2016.

ANDRADE, Manoel Correia de – **O Brasil e a América Latina**, São Paulo. Contexto, 1989.

BARBOSA, Helder de Oliveira. **Crenças e Costumes como Necessidade Simbólico Sócio Cultural.** Disponível em: <https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/crencas-e-costumes-como-necessidades-simbolicas-socio-culturais>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

BENATTI, José Helder. **Apropriação Privada dos Recursos Naturais no Brasil: Séculos XVII ao XIX (Estudo da Formação da Propriedade Privada).** In: Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato /Delma Pessanha Neves (Org.). — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

BRANDT, Grazielle Betina. Migração e Território: Olhares de um Grupo de Migrantes sobre a Região da Campanha. **Redes**, Santa Cruz do Sul, p. 79-92, set. 2014. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5154/3562>>. Acesso em: 31 ago. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.17058/redes.v19i2014.5154>.

BRASIL. **Diagnóstico Municipal:** plano diretor participativo de Cachoeira dos Índios - PB. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Infraestrutura Hídrica: Brasília, 2014.

BRITO Luciano. **A Fome: Retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX.** Disponível em <<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL10B-Art8.pdf>>. Acesso em 08 jul. 2016.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Algumas Considerações acerca do Modo de Vida Camponês.** Disponível em <<https://www.google.com.br/searchalgumasconsideraacadomododevidacamponeschrome..69i57.1410j0j7&sourceid=chrome&ie=utf-site:www.amigosdanatureza.org.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CIDADE BRASIL. 2016. **Município de Cachoeira dos Índios.** Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-cachoeira-dos-indios.html>> Acesso em: 08 jul. 2016.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Campesinato Brasileiro: Origens e Ressignificações de um Modo de Vida Tradicional.** Disponível em <[http://unimontes.br/arquivos/2012/geografia\\_ixerg/eixo\\_rural/campesinato\\_brasileiro\\_origens.pdf](http://unimontes.br/arquivos/2012/geografia_ixerg/eixo_rural/campesinato_brasileiro_origens.pdf)> Acesso em 10 maio 2016.

DI LORENZO, Ivanalda Dantas Nobrega. **Constituição do reconhecimento e a do território:** a contribuição da turma Margarida Maria Alves, do curso de Ciências Agrárias, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. João Pessoa, 2013.

DINIZ, Lincoln da Silva. **As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro.** Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/6741/arquivo6850>. Acesso em 08 set. 2016.

FROEHLICH, José Marcos ET AL. **Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS.** *Cienc. Rural*, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, set. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>.php?Script=sci\_arttext&pid=S010384782011000900030&lng=pt&nrm=ISO>. Acesso em 09 jun. 2016.

FUKUI, Lia de Freitas Garcia. A “Riqueza do Pobre”. Relações entre Pais e Filhos entre Sitiantes Tradicionais Brasileiros. In: NEVES, Delma Pessanha. (Org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

IBGE. 2016. **Cachoeira dos Índios-PB.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?Lang=&codmun=250330&search=paraiba|cachoeira-dos-%C3%8Dndios>> Acesso em: 12 set. 2016.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da Pequena Propriedade: Intrusos e Posseiros (1963). In: WELCH, Clifford Andrew [ET al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MARQUES, Marta. **Campesinato e luta pela terra no Brasil.** In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), *Processos territoriales em Argentina y Brasil.* Buenos Aires, 2003.

Manual **Compacto de Geografia Geral:** ensino médio/ [Equipe Ridell]. – 1.ed.- São Paulo: Ridell, 2010.

MAZER, Roberta de Moraes. **Estudos migratórios: breve discussão conceitual.** Disponível em <<http://www.faculdadesantamarcelina.com.br/jornal/index.php/InterRelacoes/article/view/114>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos.** In: Migrações: implicações passadas, presentes e futuras.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. **A Representação Cultural da Vaquejada Resiste no Sertão Sergipano do São Francisco.** Disponível em <  
[http://www.neer.com.br/anais/NEER2/Trabalhos\\_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20SoniadeSouzaMendon%C3%A7aMenezes.pdf](http://www.neer.com.br/anais/NEER2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20SoniadeSouzaMendon%C3%A7aMenezes.pdf). Acesso em 13 set. 2016.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. In: **Revista Formação**, n. 14, vol. 2, p.48-60, 2007. Disponível em:  
<[http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6\\_moreira\\_e\\_hespanhol.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf)>  
Acesso em: 11 dez 2015

OLIVEIRA, Antônio José de. **Engenhos, Casas de farinha, Olarias e Curtumes: economia doméstica e comércio incipiente no Cariri colonial.** – disponível em<  
<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0138.pdf>> Acesso em 08 jul.2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.**

PATURCA, Elaine Yasutake. **Caracterização das Estruturas de Armazenagem de Grãos: um Estudo de Caso no Mato Grosso.** Disponível em <  
<http://esalqlog.esalq.usp.br/wpcontent/uploads/2015/05/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o-das-estruturas-de-armazenagem-de-gr%C3%A3os-um-estudo-de-caso-no-Mato-Grosso.pdf>. > Acesso em 09 set. 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Uma Categoria Rural Esquecida (1963).** In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ROPELATTO, Luciane; TRISKA, Ricardo; NASCIMENTO, Norton Gabriel **O Processo de Tecelagem Manual Têxtil Brasileira do Século XVII.** Disponível em <  
[http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/11-Coloquio-de-Moda\\_2015/comunicacao-oral/co-eixo3-cultura/co-3-a-tecelagem-e-a-tecnologia-da-manufatura-textil-brasileira-do-seculo-XVII.pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/11-Coloquio-de-Moda_2015/comunicacao-oral/co-eixo3-cultura/co-3-a-tecelagem-e-a-tecnologia-da-manufatura-textil-brasileira-do-seculo-XVII.pdf)>Acesso em: 09 set. 2016.

SANTOS, Carmil Vieira [et al.]. (Org.) **Em Busca de Novos Caminhos: experiências vividas nos anos de chumbo.** Porto Alegre: Pacartes, 2010.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. **Um Século de Cólera: Itinerário do Medo.** Disponível em < <http://www.scielo.org/pdf/physis/v4n1/05.pdf>> acesso em 08 jul. 2016.

SEYFERTH, Geralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org. ). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do**



**campesinato.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SILVA, A. J., SILVA; SILVA, V. C.; FLORÊNCIO, E. **Lugar, espaço de vivência.** Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAe8eAAG/lugar-espaco-vivencia>> Acesso em: 11 dez 2015.

SILVA, Danielle Rodrigues da et al. **Migração Sazonal Cearense: Via para o Trabalho Escravo Contemporâneo.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-31. Disponível em <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva\\_DR.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_DR.pdf)> Acesso em 08 jul.2016.

SOBREIRA, Ivan Bichara. **Carcará: romance/ Ivan Bichara Sobreira.** -2. ed.- Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (Orgs.). Marília, São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012.

THOMPSON, E.P. Costumes em comum/ Thompson, E.P: revisão técnica Antonio Negro, Cristiana Meneguello, Paulo Fontes – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, Edgard Malagodi.; CAVALCANTI, Josefa.; WANDERLEY, Maria de Nazareth (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** v.1. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência.** *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.25-44. ISSN 0103-2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A** – Roteiro de entrevista utilizado com os idosos da comunidade.

**Questões do 1º grupo o de idosos**

- 1- Desde quando reside na comunidade?
- 2- Teve que sair da comunidade ou pensou em sair? Por quê?
- 3- Quais são as lembranças positivas que recorda da comunidade?
- 4- Quais lembranças negativas você recorda comunidades?
- 5- Quais são os relatos marcantes que seus pais falavam referente à comunidade?
- 6- Quais atividades ou ocupações foram desenvolvidas por você e sua família a comunidade?
- 7- Como surgiu as primeiras organizações dos moradores? E qual foi sua participação?
- 8- Como você participa da vida da comunidade hoje?
- 9- O que falta na comunidade?
- 10- Gosta de viver na comunidade? Por quê?

Obrigada!

**APÊNDICE B-** questionário desenvolvido com o grupo de pessoas que passam o dia ou à noite fora da comunidade e retornam ao fim de cada dia de trabalho.

**Questões do 2º grupo, o de pessoas que passam o dia ou à noite fora da comunidade e retornam ao fim de cada dia de trabalho**

1- Residem na comunidade desde quando?

---

---

2- Possuem residência própria?

---

---

3- Qual a principal fonte de renda?

---

---

4- Onde exerce suas atividades profissionais?

---

---

5- Qual distancia você precisa percorrer para chegar ao trabalho?

---

---

6- Porque escolheu morar na comunidade e não na cidade que você trabalha?

---

---

7- Participa de algum grupo na comunidade? Sim ( ) Não ( ) Qual? Ou quais?

---

---

8- Quais são os seus anseios para o crescimento da comunidade?

---

---

9- É contemplado com algum programa social? Sim ( ) Não ( ) Qual?

---

---

10- Esse programa social do qual você participa traz algum benefício para você? Sim ( ) Não ( )

---

---

11- Quais são as vantagens de se viver na comunidade?

---

---

---

Obrigada!

**APÊNDICE C** – questionário aplicado com o grupo formado por famílias que possuem residência em cidades circunvizinhas ou mais distantes, porém, continuam na comunidade e voltam sempre que podem, nos finais de semana e períodos de férias.

**Questões do 3º grupo, formado por famílias que possuem residência em outro lugar, ou seja, nas cidades, porém, continuam enraizadas na comunidade e voltam sempre que podem, nos finais de semana e períodos de férias**

1- Há quantos anos deixou de residir na comunidade?

---

---

2- Por que você retorna á comunidade?

---

---

3- Qual a periodicidade de retorno à comunidade?

---

---

4- Quais motivos o fazem retornar?

---

---

5- Na sua opinião existe relação entre o campo e a cidade? Qual ?

---

---

6- O que faria você voltar a viver de forma permanente na comunidade?

---

---

7- Como era sua rotina antes de sair da comunidade?

---

---

8- Você ainda contribui com o desenvolvimento da comunidade? Sim ( )  
Não ( ) De quais formas?

---

---

—

9- Na sua opinião existe diferença no convívio social do campo e o no da cidade? Sim ( ) Não ( ) Quais?

---

---

10- Existe perspectiva de crescimento profissional no campo e na cidade? Sim ( ) Não ( ). Explique

---

---

11- Como você vê ou o que você acha da comunidade de baixa Grande?

---

---

Obrigada!

**APÊNDICE D** – desenvolvido com os ex-migrantes sazonais que passavam uma temporada do ano fora da comunidade e retornaram em um determinado período do ano.

### **Questões do 4º grupo**

#### **3 Participantes – masculinos e femininos**

**Formado pelos ex-migrantes sazonais que passavam uma temporada do ano fora da comunidade e retornavam em um determinado período do ano.**

1- Quais motivos levaram você sair da comunidade para outro estado ou região?

---

---

2- Que atividade desenvolvia no período em que trabalhou fora da comunidade?

---

---

3- Qual seu estado civil?

---

---

4- Quais são as principais dificuldades encontradas fora de sua comunidade de origem no período em que trabalhou fora?

---

---

5- Quanto tempo passava fora da comunidade?

---

---

6- Qual período do ano você retornava à comunidade?

---

---

7- Quais motivos faziam você retornar a comunidade?

---

---



8- Essa escolha de vida contribuiu para o alcance de seus objetivos? Sim ( )  
Não ( ) Por quê?

---

---

9- Por que desistiu dessa atividade?

---

---

10- Qual a opinião de sua família com relação a sua escolha de atividade econômica no período que você trabalhou fora?

---

---

11- O que faria você voltar a exercer essa atividade em outro estado ou região novamente?

---

---

Obrigada!